



FÓRUM: O FUTURO DOS AÇORES NA EUROPA



FAZ-TE OUVIR!



GOVERNO
DOS AÇORES



Conferência
sobre o Futuro
da Europa

FÓRUM:
O FUTURO
DOS AÇORES
NA EUROPA

PREFÁCIO

Em boa hora, os povos europeus iniciaram, em meados do século XX, um processo de integração do qual resultou a paz e um desenvolvimento sem paralelo na história da Europa.

Os Açores, como região autónoma de Portugal, com entusiasmo aderiram e participam ativamente neste processo desde 1986, consolidando assim os princípios subjacentes à afirmação política do sistema autonómico.

A União Europeia, como solução política de unidade na diversidade, é uma organização internacional de natureza inovadora. O seu objetivo principal é cumprir o interesse comum dos seus 450 milhões de cidadãos.

Os açorianos são cidadãos da União Europeia. De pleno direito. Somos voz na Europa com vontade de participar nas decisões, nas regras e nas ações que influenciem o nosso desenvolvimento individual e coletivo.

A Conferência sobre o Futuro da Europa, promovida pelas instituições da União Europeia, dá voz aos Europeus. À Conferência juntamos a nossa voz.

O Governo dos Açores promoveu o “Fórum: O Futuro dos Açores na Europa” para ouvir os açorianos sobre o futuro da União.

“Faz-te ouvir” foi o repto para o ciclo de debates, realizados entre junho de 2021 e janeiro de 2022.

Foram várias as temáticas debatidas.

Iniciámos com o “Turismo Sustentável e Setores Transversais”. Abordámos a “Democracia: A Participação dos Cidadãos na União Europeia”. Ouvimos a “Juventude”. Falámos de “Qualificação Profissional”.

Debatemos os “Desafios no âmbito do Mar e das Pescas”. E da “Agricultura”.

Por fim, realizámos uma sessão dedicada ao “Ambiente e Alterações Climáticas”.

Estes “Fora” temáticos foram produtivos e conclusivos, com a plenitude de vozes dos açorianos que participaram, dando, assim, o seu contributo na construção de um futuro comum enquanto cidadãos europeus.

Os textos aqui recolhidos são o registo destas vozes açorianas.

Valorizamos a nossa centralidade atlântica e a nossa dimensão insular, que é, no nosso entender, determinante para a projeção da União Europeia além-fronteiras.

Nós somos Europa. Com orgulho pela nossa história e com convicção pelo nosso futuro. Pela nossa geografia, somos a mais projetada via atlântica da Europa.

José Manuel Bolieiro

Presidente do Governo Regional dos Açores

ÍNDICE

Introdução	6
Cartazes dos Fóruns	7
Parte I: Propostas Apresentadas	
1ª Sessão	
Turismo Sustentável e Setores Transversais	9
2ª Sessão	
Democracia: A Participação dos Cidadãos na UE	12
3ª Sessão	
Juventude e Qualificação Profissional	18
4ª Sessão	
Desafios no âmbito do Mar e das Pescas numa Região Ultraperiférica	23
5ª Sessão	
Desafios na Agricultura numa Região Ultraperiférica	29
6ª Sessão	
Promoção da Igualdade e da Inclusão Social	36
7ª Sessão	
Ambiente e Alterações Climáticas - Açores	41
Parte II: Contributos dos Participantes	
1ª Sessão	46
2ª Sessão	51
3ª Sessão	55
4ª Sessão	60
5ª Sessão	65
6ª Sessão	72
7ª Sessão	78
Parte III	
Registo Fotográfico	83
PARTE IV	
Webgrafia	86

INTRODUÇÃO

A 10 de março de 2021 os Presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão Europeia assinaram a Declaração Conjunta sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa (COFOE). Esta iniciativa abriu caminho ao lançamento de uma série de debates e discussões que permitem aos cidadãos partilhar ideias e propostas para ajudar a construir o futuro da Europa.

Com este intuito, e sob a égide da Conferência sobre o Futuro da Europa, o Governo Regional dos Açores, através do Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência, promoveu um ciclo de debates temáticos intitulados **Fórum: O Futuro dos Açores na Europa**, com o objetivo de auscultar os cidadãos e as associações açorianas sobre várias temáticas para se moldar um futuro em comum enquanto cidadãos europeus.

Estes debates decorreram em formato virtual, atendendo às restrições impostas pela pandemia, situação que permitiu abranger a participação de um maior número de cidadãos e associações dos Açores, demonstrando a eficácia de uma verdadeira “aldeia global” à escala insular e regional.

Decorreram, em sessões de 90 a 120 minutos, com a participação da Direção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa e a colaboração do Europe Direct Açores, e com o apoio informático do Laboratório Regional de Engenharia Civil.

Realizaram-se, entre junho de 2021 e janeiro de 2022, sete iniciativas:

Sessão 1

Turismo Sustentável e Setores Transversais
9 junho 2021: 84 participantes e 13 contributos;

Sessão 2

Democracia: A Participação dos Cidadãos na UE
21 julho 2021: 47 participantes e 8 contributos;

Sessão 3

Juventude e Qualificação Profissional
29 setembro 2021: 72 participantes e 22 contributos;

Sessão 4

Desafios no âmbito do Mar e das Pescas numa Região Ultraperiférica
28 outubro 2021: 72 participantes e 10 contributos;

Sessão 5

Desafios da Agricultura numa Região Ultraperiférica
29 outubro 2021: 95 participantes e 19 contributos;

Sessão 6

Desafios da Promoção da Igualdade e da Inclusão Social
29 novembro 2021: 86 participantes e 14 contributos;

Sessão 7

Ambiente e Alterações Climáticas – Açores
12 janeiro 2022: 101 participantes e 15 contributos.

As sessões totalizaram um número de 557 participantes e 101 contributos.

Um particular agradecimento aos participantes que se fizeram ouvir através de propostas temáticas, aos oradores e moderadores¹.

“Faz-te ouvir!” é e foi o mote desta iniciativa europeia. Este é um desafio europeu que pudemos abraçar à escala da realidade Açoriana.

1.

Para aceder a mais informações, consultar o sítio web do portal do GRA:

Fórum: O Futuro dos Açores na Europa - Subsecretário Regional da Presidência - Portal (azores.gov.pt)

CARTAZES E PROGRAMAS DOS FÓRUMS

FÓRUM: O FUTURO DOS AÇORES NA EUROPA

Sessão 1
Turismo Sustentável e Setores Transversais

10h30
Plataforma WEBEX
09/06/2021

FÓRUM: O FUTURO DOS AÇORES NA EUROPA

Sessão 1
Turismo Sustentável e Setores Transversais

1300 - Res-vinda/empadronamento OPOP - Subsecretário Regional da Presidência (Dona Fátima e Dora)
1340 - Atores do setor turístico sustentável de ouro - Diretora Regional do Turismo (Isabel Costa)
1360 - Debate aberto: Pa-fo ouvir!

Plataforma WEBEX
09/06/2021
10h30 - 12h30

FÓRUM: O FUTURO DOS AÇORES NA EUROPA

Sessão 2
Democracia: A Participação dos Cidadãos na UE

21/07/2021
10h30 - 12h30

FÓRUM: O FUTURO DOS AÇORES NA EUROPA

Sessão 2
Democracia: A Participação dos Cidadãos na UE

1300 - Res-vinda/Abertura - Diretor Regional dos Assuntos Europeus e Desenvolvimento Sustentável (Dona Fátima e Sr. Ana)
1320 - A importância da democracia nos Açores - Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Luís Garcia)
1340 - Debate aberto: Pa-fo ouvir!

Plataforma WEBEX
21/07/2021
10h30 - 12h30

FÓRUM: O FUTURO DOS AÇORES NA EUROPA

Sessão 3
Juventude e Qualificação Profissional

29/09/2021
10h30 - 12h30

FÓRUM: O FUTURO DOS AÇORES NA EUROPA

Sessão 3
Juventude e Qualificação Profissional

1300 - Res-vinda/Abertura - Adjunta do Subsecretário Regional da Presidência (Carren Duadecim)
1330 - Juventude nos Açores e na Europa - Diretor Regional da Juventude (Eládio Braga)
1340 - Políticas de Qualificação Profissional Regional e o Talento no Saçrago - Diretor de Serviços do Saçrago (Sandra Pimenta)
1360 - Debate aberto: Pa-fo ouvir!

Plataforma WEBEX
29/09/2021
10h30 - 12h30

Nota:

Apresenta-se um resumo das propostas partilhadas, em formato sintetizado, pelos participantes ao longo de todos os Fóruns.

A apresentação e ordem de identificação corresponde à ordem de intervenção dos participantes ao longo da sessão.

CARTAZES E PROGRAMAS DOS FÓRUMS

FÓRUM: O FUTURO DOS AÇORES NA EUROPA



Sessão 4
Desafios no âmbito do Mar e das Pescas numa Região Ultrapereiférica

FAZ-TE OUVIR!

Plataforma WEBEX
28/10/2021
10h30 - 12h30

ORGANIZAÇÃO: Câmara do Subsecretário Regional do Interior
COORDENAÇÃO: Associação Açoriana

FÓRUM: O FUTURO DOS AÇORES NA EUROPA

Sessão 4
Desafios no âmbito do Mar e das Pescas numa Região Ultrapereiférica

FAZ-TE OUVIR!

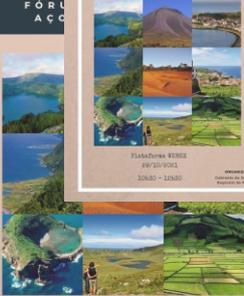
10h30 - Realização - Diretor Regional dos Assuntos Europeus e Desenvolvimento Exterior (Paula Passos)
10h35 - Moderação - Secretária Geral do Conselho Consultivo para as Regiões Ultrapereiféricas (Daniela Costa)
10h40 - Desafios no âmbito do Mar e das Pescas numa Região Ultrapereiférica - Diretor de Serviços de Segurança, Pesca, Inspeção e Regulação (Luís Mendes)
10h45 - A Indústria do Mar nos Açores - Diretor Regional dos Assuntos do Mar (Pedro Sousa)
10h50 - Debate aberto: Parta-te ouvir!

PLATAFORMA WEBEX
28/10/2021
10h30 - 12h30

ORGANIZAÇÃO: Câmara do Subsecretário Regional do Interior
COORDENAÇÃO: Associação Açoriana

FÓRUM: O FUTURO DOS AÇORES NA EUROPA

Sessão 5
Desafios da Agricultura numa Região Ultrapereiférica



FAZ-TE OUVIR!

10h30 - Realização - Chefe de Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência (Quarteirã Brandão)
10h35 - Moderação - Diretor de Serviços de Desenvolvimento Agrário do São Miguel (Luís Simões)
10h40 - Desafios da Agricultura numa Região Ultrapereiférica - Diretor Regional de Agricultura (Pedro Miguel Ribeiro)
10h45 - Debate aberto: Parta-te ouvir!

PLATAFORMA WEBEX
28/10/2021
10h30 - 12h30

ORGANIZAÇÃO: Câmara do Subsecretário Regional de Agricultura
COORDENAÇÃO: Associação Açoriana

Sessão 5
Desafios da Agricultura numa Região Ultrapereiférica

FAZ-TE OUVIR!

Plataforma WEBEX
28/10/2021
10h30 - 12h30

FÓRUM: O FUTURO DOS AÇORES NA EUROPA



Sessão 6
Promoção da Igualdade e da Inclusão Social

FAZ-TE OUVIR!

Plataforma WEBEX
29/11/2021
10h30 - 12h30

ORGANIZAÇÃO: Câmara do Subsecretário Regional da Presidência
COORDENAÇÃO: VICE-PRERSONALIA DE GOVERNO REGIONAL

FÓRUM: O FUTURO DOS AÇORES NA EUROPA

Sessão 6
Promoção da Igualdade e da Inclusão Social



FAZ-TE OUVIR!

10h30 - Realização e Moderação - Chefe de Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência (Quarteirã Brandão) / Presidente do São Miguel (Luís Simões)
10h35 - Desafios da Igualdade e da Inclusão Social nos Açores - Diretor Regional para a Promoção da Igualdade e Inclusão Social (Teresa Passos)
10h40 - Debate aberto: Parta-te ouvir!

PLATAFORMA WEBEX
29/11/2021
10h30 - 12h30

ORGANIZAÇÃO: Câmara do Subsecretário Regional da Presidência
COORDENAÇÃO: VICE-PRERSONALIA DE GOVERNO REGIONAL

FÓRUM: O FUTURO DOS AÇORES NA EUROPA

Sessão 7
Ambiente e Alterações Climáticas Açores



FAZ-TE OUVIR!

10h30 - Realização - Presidente do Conselho de Gestão Regional do Ambiente (Luís Simões) / Presidente do São Miguel (Luís Simões)
10h35 - Moderação - Associação Açoriana (Luís Simões)
10h40 - Ambiente e Alterações Climáticas Açores - Diretor Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (Luís Simões)
10h45 - Debate aberto: Parta-te ouvir!

PLATAFORMA WEBEX
29/11/2021
10h30 - 12h30

ORGANIZAÇÃO: Câmara do Subsecretário Regional do Ambiente
COORDENAÇÃO: Associação Açoriana

FÓRUM: O FUTURO DOS AÇORES NA EUROPA



Sessão 7
Ambiente e Alterações Climáticas Açores

FAZ-TE OUVIR!

Plataforma WEBEX
29/11/2021
10h30 - 12h30

ORGANIZAÇÃO: Câmara do Subsecretário Regional do Ambiente
COORDENAÇÃO: Associação Açoriana



PARTE

PROPOSTAS APRESENTADAS

SESSÃO 1

TURISMO SUSTENTÁVEL E SETORES TRANSVERSAIS

No dia 9 de junho de 2021, às 10h30, nas instalações do LREC, Laboratório Regional de Engenharia Civil, realizou-se a primeira sessão subordinada ao tema **Turismo Sustentável e Setores Transversais**, através da plataforma Webex.

TEMA DO FÓRUM

O Turismo apresenta uma enorme importância na atividade económica de qualquer região, tanto na geração de emprego e rendimento, como na criação de novas oportunidades de negócio e no aumento de produção de bens e serviços.

Este sector por si só traz desenvolvimento às localidades através das melhorias nas infraestruturas existentes, beneficiando as respetivas populações locais, sendo gerador de empregos e contribui para o desenvolvimento social, económico e cultural das mesmas.

Por sua vez "a sustentabilidade no turismo é um caminho incontornável e assumido com crescente consciência pelos agentes do setor, à escala mundial. Um turismo sustentável deve fazer um uso adequado dos recursos ambientais, respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades e assegurar que as atividades económicas sejam viáveis no longo prazo. Requer ainda a participação informada dos *stakeholders*, a monitorização constante dos seus impactes, mantendo um elevado nível de satisfação dos turistas (*adaptado do conceito de Turismo Sustentável da Organização Mundial do Turismo - OMT, 2005*)³.

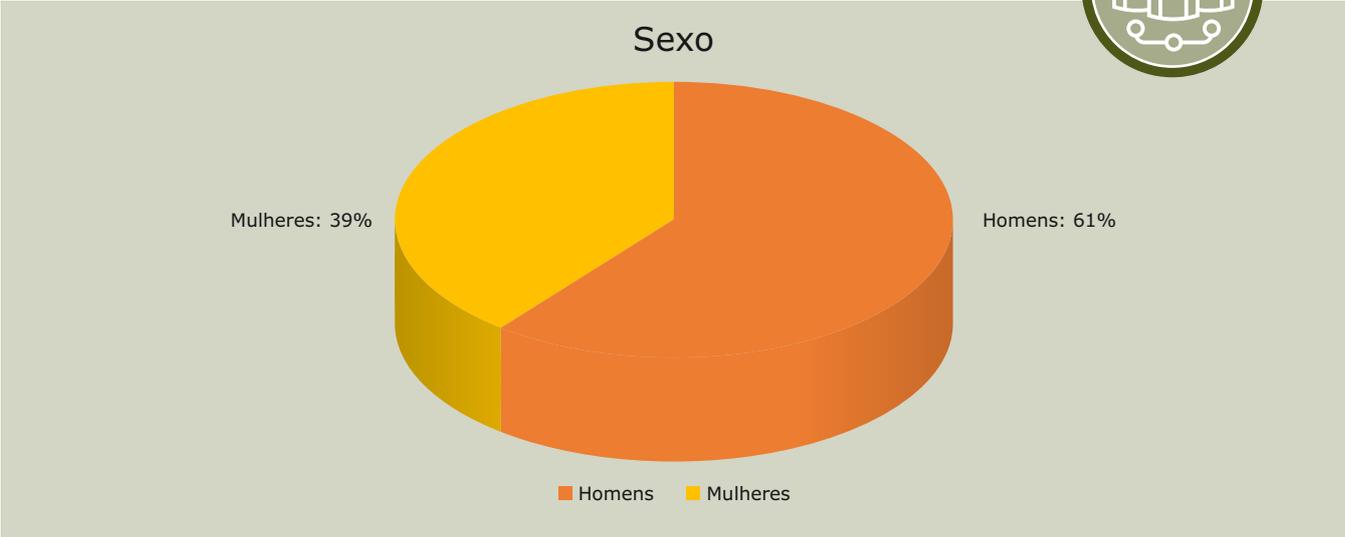
A atual pandemia causou um impacto negativo na economia e na sociedade ao nível mundial. No entanto, segundo os especialistas, a recuperação do setor permitirá que o turismo retome a sua atividade ainda mais forte e sustentável.

Perante o acima exposto, e tendo em conta as metas que a Região Autónoma dos Açores tem alcançado e que ainda se propõe obter, o tema Turismo Sustentável e Sectores Transversais, assume-se de particular importância ouvir os agentes ligados a este ramo de atividade, sendo o presente Fórum uma oportunidade de auscultar a população e propor ideias ao nível local e europeu.

2. Para consultar as intervenções desta sessão, remeta para a página 46, Parte II.
3. Turismo de Portugal, disponível em: <http://business.turismodeportugal.pt/pt/crescer/sustentabilidade/Paginas/default.aspx>

CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

O Fórum contou com a inscrição de 84 participantes divididos da seguinte forma:



ASSUNTOS DEBATIDOS

O evento contou com uma elevada e profícua participação onde se debateram temas como a dicotomia entre Sustentabilidade e Massificação. Para os participantes a sustentabilidade do sector do Turismo é imprescindível devendo promover-se não à vinda de mais turistas, mas sim proceder-se à valorização da oferta aumentando desta forma a receita por turista.

Para este efeito deverá apostar-se, cada vez mais, na reabilitação urbana e aumento da qualificação de mão de obra, sendo urgente resolver o problema da sazonalidade, e dos problemas a ela associados, como a precariedade dos empregos.

É essencial assegurar a sustentabilidade do destino, combatendo a massificação, sendo também imprescindível uma receção de qualidade aos turistas. Assim sendo, os turistas devem usufruir do destino Açores de forma organizada e bem preparada.

O destino Açores é procurado pela sua exuberante natureza mas não só. É essencial entender o que é procurado para além da natureza e atividades ao ar livre, aumentando o leque das ofertas, fazendo por exemplo investimento na gastronomia e na cultura da Região. Assim, haverá uma maior atração de turistas com um maior poder de compra, sendo uma escolha mais sustentável. Circunscrever a oferta dos Açores, apenas, como turismo de natureza limita o seu desenvolvimento, sendo necessário alargar a oferta.



PROPOSTAS

No desenrolar dos trabalhos surgiram as seguintes propostas:

- a)** Promoção da realização de estudos de caso sobre os impactos que os meios de transporte provocam no ecossistema;
- b)** Implementação de novas tecnologias aplicadas ao turismo, que permitam monitorizar e gerir a atividade dos turistas no território;
- c)** Implementação de uma economia circular. Assim, estaríamos a promover um destino inteligente, a monitorizar e a gerir a atividade dos turistas no território;
- d)** Criação de mecanismos que nos façam ser mais autossustentáveis e menos dependentes dos recursos;
- e)** Legislação mais apertada na construção de novas infraestruturas ligadas ao turismo;
- f)** Melhoramento da qualidade das águas;
- g)** Promoção de uma agricultura sustentável, com ênfase na produção com qualidade;
- h)** Promoção do uso de produtos de limpeza mais ecológicos;
- i)** Legislação europeia que limite/proíba o plástico "single use";
- j)** Necessidade de oferta direcionada para atrair os nómadas digitais.



PARTE

SESSÃO 2

DEMOCRACIA: A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NA UE

No dia 21 de julho de 2021, às 10h30, nas instalações do LREC, Laboratório Regional de Engenharia Civil, realizou-se a segunda sessão subordinado ao tema **Democracia: A Participação dos Cidadãos na UE**, através da plataforma Webex.

O presente Fórum contou com as intervenções iniciais e moderação de Carlos E. P. Amaral, Diretor Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa, e de Luís Garcia, Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O encerramento dos trabalhos ficou a cargo de Alfredo Borba, coordenador do Europe Direct.

TEMA DO FÓRUM

A democracia surgiu nas cidades-estados da Grécia antiga e assumiu a sua forma clássica no auge político da cidade de Atenas. Etimologicamente provém dos termos “*demo*” (povo) e “*cracia*” (governo), significando literalmente “o governo do povo”.

Na era moderna, a prática da democracia foi transferida da pequena cidade-estado para a escala do Estado nacional, o que implicou o surgimento de um conjunto novo de instituições políticas. Os limites e as possibilidades das instituições democráticas passaram a ser pensados ao nível do funcionamento de sociedades complexas, dotadas de grandes governos, impessoais e indiretos. Tornou-se impossível o exercício direto da democracia pelos cidadãos como era realizado nas pequenas cidades-estados gregas.

Foi-se afirmando no pensamento político moderno a ideia de que a única forma de democracia possível era um governo representativo. Na conceção moderna de Democracia, o ato de governar e legislar é delegado a um grupo restrito de representantes eleitos por períodos limitados, direta ou indiretamente, pelos cidadãos. Ou seja, a soberania do povo regista-se por meio dos representantes que pelo povo são eleitos.

Não obstante, o acima exposto deverão existir sempre mecanismos que permitam auscultar a voz e vontade do povo, sendo esse o objetivo primordial da Conferência sobre o Futuro da Europa.

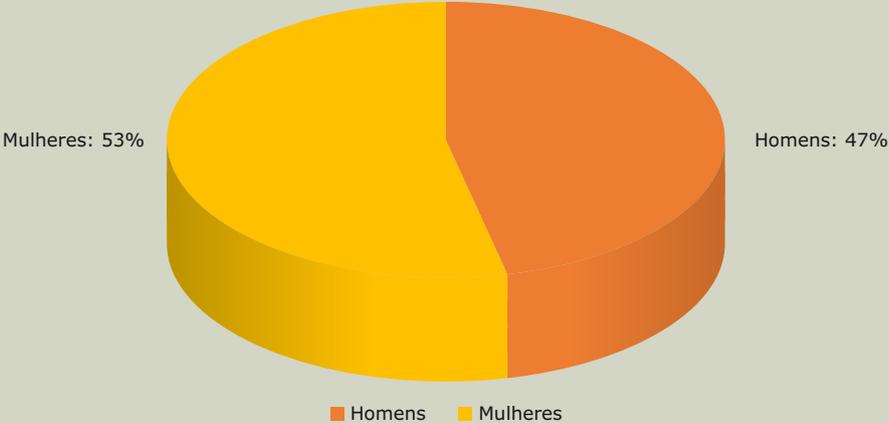
Sendo o tema da Democracia algo de extrema importância na vida quotidiana, naturalmente que era premente ouvir os cidadãos sobre as propostas que estes pudessem ter de forma a potenciar e aumentar a participação dos cidadãos na UE.

CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

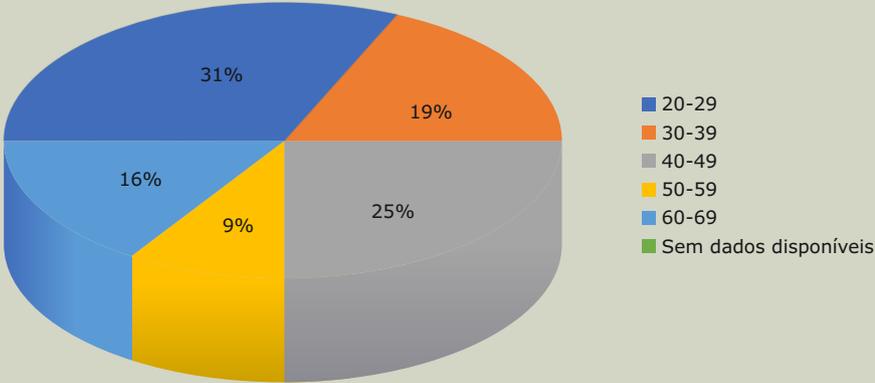
O Fórum contou com a inscrição de 47 participantes divididos da seguinte forma:



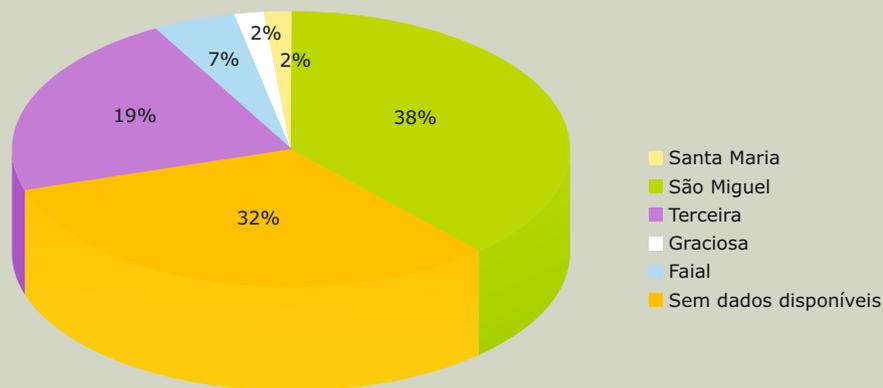
Sexo



Faixa Etária



Dispersão Geográfica



Presencialmente estiveram no auditório do LREC, no total, 7 elementos pertencentes ao Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência, e 1 do LREC, Laboratório Regional de Engenharia Civil.



ASSUNTOS DEBATIDOS

O evento contou com uma elevada participação onde se debateram temas como a mobilidade profissional e académica, eleição de deputados ao Parlamento Europeu e a implementação de um sistema *i-Voting*⁵. Abordou-se a possibilidade da existência de um Orçamento Participativo europeu e da criação de plataformas que permitam aos cidadãos europeus expor as suas questões e propostas de forma a que os decisores políticos possam deter conhecimento sobre a heterogeneidade das realidades locais.

Não obstante, a diversidade de temas e propostas apresentadas registam um ponto comum após este processo de auscultação europeu em curso, através da Conferência sobre o Futuro da Europa. Terá que se seguir uma fase de implementação de medidas pois só através da materialização destas se poderá aferir a pertinência e sucesso da Conferência e devolver, ao cidadão europeu, a confiança nas instituições europeias.

5.

i-Voting, abreviatura de internet voting e refere-se a sistemas que permitem que as pessoas votem em eleições ou referendos através de um dispositivo conectado à internet.



PROPOSTAS

No desenrolar dos trabalhos surgiram as seguintes propostas apresentadas pelos participantes:

- a)** Tendo em conta a necessidade de, em primeiro lugar, os jovens conhecerem o que é a União Europeia, saberem os países que dela fazem parte, os seus fundamentos, os símbolos, as instituições, as prioridades políticas, bem como os valores de paz, tolerância e diversidade e compreenderem que a solidariedade europeia não pode ser unicamente económica dever-se-á reforçar o papel da escola nessa transmissão de conhecimentos e no desenvolvimento de competências de cidadania europeia. Para o efeito deverá apostar-se mais no reforço de projetos como: clubes europeus, projetos *eTwinning*, Erasmus, embaixadores do Parlamento Europeu, programas de mobilidade e viagens entre os vários países ou através de programas como a Europa na Escola com a aplicação de *toolkits* com materiais disponibilizados pela Comissão Europeia. Ou seja, pretende-se que os jovens, a partir da escola, tomem conhecimento da democracia europeia. É necessário rever questões curriculares mais abrangentes de conhecimentos, atitudes e valores que fomentem a verdadeira participação dos cidadãos na União Europeia;
- b)** Propostas contidas no Manifesto Progressista para uma Democracia Europeia, publicado recentemente pela Fundação *Friedrich Ebert*⁶ que tem como objetivo criar na Europa uma democracia parlamentar (como a que temos em cada país) e expandi-la com mecanismos de democracia participativa. Por outras palavras, aplicar ao nível europeu a mesma governação que se aplica em cada país, e complementá-la com o aumento do poder de intervenção do cidadão comum. Propõe-se, assim, que o Parlamento Europeu passe a ser o órgão central no processo de tomada de decisão, controlando, por exemplo, o orçamento da UE e a sua política monetária. É, ainda, proposto tornar a Comissão Europeia num verdadeiro governo europeu, formado a partir de partidos pan-europeus. No entanto, ter à escala europeia o mesmo sistema de governação que já temos nos nossos países não é suficiente, pela mesma razão que não o é na escala nacional: votar de 4 em 4 anos não chega para garantir que as políticas correspondam aos interesses dos cidadãos. Para isso propõe-se criar Assembleias de Cidadãos, nas quais os participantes são escolhidos por sorteio, cumprindo critérios de representatividade. Qualquer cidadão europeu poderia assim ser chamado a deliberar coletivamente sobre as prioridades europeias, estando o Parlamento e a Comissão obrigados a respeitar e a fazer cumprir as propostas recebidas;

c) Permitir que as instituições do 3.º sector, Economia Social, possam concorrer direta e livremente a Fundos Comunitários ao invés de estarem dependentes dos Governos Regionais para conseguirem aceder a estes fundos. Propõem que as IPSS concorram diretamente a Fundos Comunitários Europeus, assumindo que trará grandes benefícios para as Instituições nos Açores onde é argumentado o seguinte:

1º. Melhoraria em muito a qualidade e serviços prestados pelas IPSS's junto da comunidade açoriana, nomeadamente, no melhoramento das suas infraestruturas e equipamentos, de modo a aumentar a sua capacidade de resposta aos utentes/clientes nos mais variados contextos, desde a Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas - ERPI, Lares residenciais, acolhimento para jovens, creches e outros serviços. Dando-lhes autonomia, as instituições poderão desenvolver mais e melhor na prestação de serviços de apoio à sua comunidade, tanto aos mais necessitados como a outros.

2º. Haveria uma redução nas listas de espera para ERPI, mais vulgarmente conhecido como Lar de Idosos, Lares Residenciais para a deficiência e outros, pois nos Açores temos uma longa lista de espera.

3º. Preencheria lacunas em áreas onde a inexistência de valências próprias e adequadas como as da demência e centros de dia especializados na deficiência.

A inexistência de unidades focadas na demência é uma lacuna na comunidade açoriana, visto que cada vez mais temos notado a necessidade de melhorar a qualidade de vida destes utentes e consequentemente dos seus familiares, através da intervenção de equipas especializadas e multidisciplinares que atuem na realização de um diagnóstico célere e preciso, bem como, na implementação do tratamento mais apropriado a cada problema/situação. As ERPIs de momento estão a prestar este serviço com colaboradores que não possuem qualificação própria para esta tipologia e por outro lado, em muito dificulta a estabilidade dos outros utentes sem esta patologia. O mesmo acontece na deficiência onde os Centros de Atividades Ocupacionais recebem utentes com todos os tipos de incapacidades e onde um Centro de Dia Especializado daria respostas mais individualizadas e com dinâmicas diferentes a pessoas com incapacidades distintas que necessitam de reajuste numa resposta específica como as Paralisias Cerebrais, Doenças degenerativas do sistema nervoso, Doenças degenerativas musculares e até Acidentes Vasculares Cerebrais. O mesmo aconteceria na criação de ATL (Atividades de Tempos Livres)

Inclusivo. Importa ainda referir que também não existem estruturas de unidades de cuidados paliativos para prestar apoio a utentes com pessoal qualificado para essas tipologias e que possam melhorar os cuidados a ter com estes utentes. O mesmo aconteceria na criação de ATL (Atividades de Tempos Livres) Inclusivo.

- d)** Criação de um círculo de compensação eleitoral que permita a eleição direta de deputados das Regiões Ultraperiféricas ao Parlamento Europeu conferindo a estas regiões uma representatividade direta;
- e)** Promoção de mais programas de mobilidade quer sejam em estágios profissionais ou emprego em mobilidade, permitindo a perceção, dos envolvidos, de pertencerem a uma Europa unida (Ex: Programa Erasmus promove a multiculturalidade e é considerado um caso de sucesso). Com uma aposta maior na promoção do intercâmbio profissional efetiva-se uma maior qualificação da mão de obra;
- f)** Num mundo cada vez mais móvel e global, a tecnologia tem que ser usada para permitir o acesso democrático a todos os cidadãos tornando próximo o que está distante. Como tal deverá ser implementado o sistema europeu *i-Voting (internet voting)*. Esta medida permitiria a acessibilidade de todos os cidadãos ao processo democrático permitindo que cidadãos com mobilidade reduzida possam exercer o seu direito de voto;
- g)** Criação de um orçamento participativo europeu que permitiria levar as preocupações do cidadão comum aos decisores políticos europeus;
- h)** Agilização e desburocratização do acesso aos fundos europeus;
- i)** Criação de plataformas europeias que permitam aos cidadãos colocar as suas questões, sugestões e problemas permitindo que a UE conheça de uma forma mais profunda as realidades locais;
- j)** Implementação de uma rede de bibliotecas públicas europeias (educação não formal);
- k)** Criação e implementação de uma política de uniformização do tratamento de dados do património a nível europeu.

PARTE



SESSÃO 3

JUVENTUDE E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

No dia 29 de setembro de 2021, às 10h30, nas instalações do LREC, Laboratório Regional de Engenharia Civil, realizou-se a terceira sessão subordinada ao tema **Juventude e Qualificação Profissional**, através da plataforma Webex.

O presente Fórum contou com a moderação de Carmen Gaudêncio, Adjunta do Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência e com as intervenções iniciais de Eládio Braga, Diretor Regional da Juventude, no que se refere ao tema *Juventude nos Açores e na Europa* e Laura Pimentel, Diretora de Serviços do Emprego que abordou as *Políticas de Qualificação Profissional Regional e o impacto no Emprego*.

TEMA DO FÓRUM

Numa Região onde o abandono escolar precoce é elevado e a taxa de pessoas com ensino superior é baixa e onde existem inúmeras carências ao nível da qualificação profissional é de extrema importância reavivar o debate sobre políticas de juventude e qualificação profissional e transmitir a visão dos açorianos para que nas instituições europeias tomem medidas que são propostas a partir dos Açores.

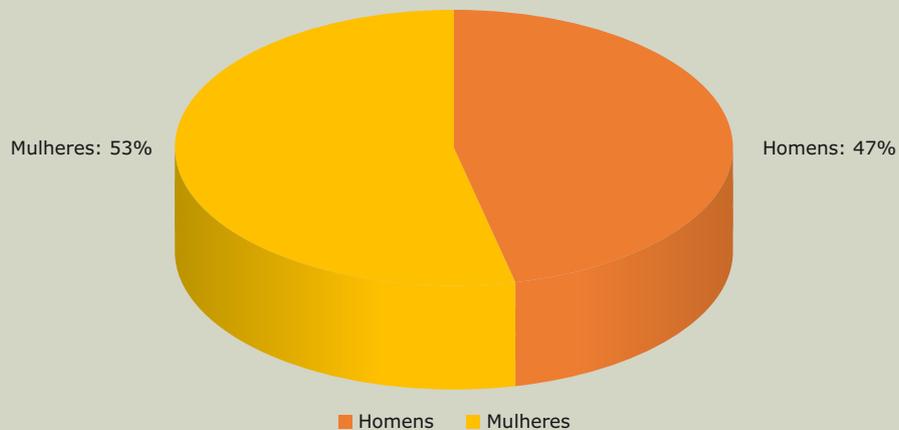
A aposta na qualificação profissional reveste-se, assim, de extrema importância pois não só aumenta as competências do cidadão comum como altera e enforma as atitudes a adotar, pelos profissionais, nos locais de trabalho.

CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

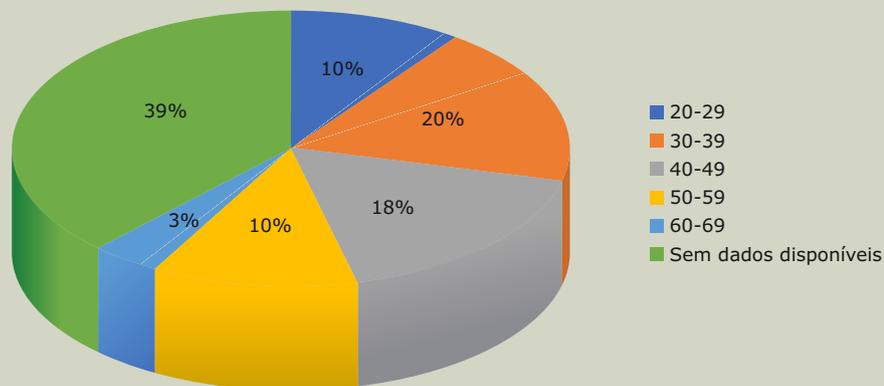
O Fórum contou com a inscrição de 78 participantes divididos da seguinte forma:



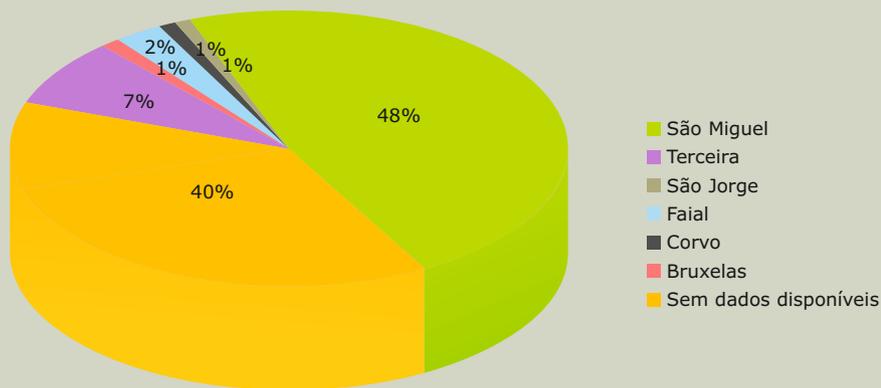
Sexo



Faixa Etária



Dispersão Geográfica



Presencialmente estiveram no auditório do LREC, no total, 7 elementos pertencentes ao Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência, e 1 do LREC, Laboratório Regional de Engenharia Civil.



ASSUNTOS DEBATIDOS

O evento contou com uma elevada participação onde se debateram temas como a educação não formal, educação profissional, sistema de mobilidade partilhada, abandono escolar precoce, necessidade de implementação de modelos de negócio inovadores e altamente tecnológicos, bolsas de alojamento para jovens estudantes deslocados a frequentar o ensino profissional, adoção de novas práticas pedagógicas que valorizem o espírito crítico e a revisão do limite de idades dos programas de juventude.



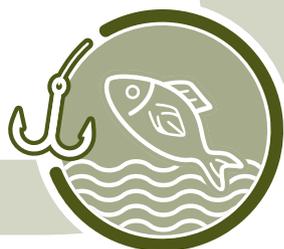
PROPOSTAS

No desenrolar dos trabalhos surgiram as seguintes propostas apresentadas pelos participantes:

- a)** Desburocratização dos programas de Juventude (ex. Erasmus);
- b)** Criação de formações que não contribuam só para as estatísticas, mas sim formações para conferir aos jovens conhecimento real aumentando a sua produtividade;
- c)** Criação de um prémio de formação profissional;
- d)** Revisão salarial que acompanhe as qualificações dos jovens, incentivando-os assim a aumentar as suas qualificações;
- e)** Criação de parques de estacionamento nas extremidades das cidades, e a existência de miniautocarros que transportem as pessoas para o centro das cidades;
- f)** Abandono de formações curtas no tempo e adoção de formações mais alongadas e diversificadas;
- g)** Criação de cursos superiores artísticos e culturais, que permitam aos alunos interessados nestas áreas em ingressar nas mesmas sem que para isso tenham que sair do seu local de residência, dado que muitas vezes não têm possibilidade, por variados motivos, de realizar deslocações para frequentar outras universidades;
- h)** Criação de instituições de educação extra-curricular que permitam uma educação artística não formal contínua, em possível cooperação com outras entidades e localidades, nacionais ou internacionais, a fim de existir criação artística partilhada e multicultural;
- i)** Elaboração de projetos que permitam maior comunicação e partilha de saberes entre agentes culturais e pessoas interessadas na área, refletindo acerca de metodologias a seguir aquando da organização e entrega de candidaturas de apoio, profissões associadas à cultura, questões pragmáticas do quotidiano em centros culturais, entre outros;
- j)** Reforçar e apostar na importância de redes de incubadoras regionais e fomentar o empreendedorismo nas escolas, pois estas incubadoras desenvolvem muito trabalho a nível da formação formal e não formal;
- k)** Adaptação da linguagem dos cursos, permitindo assim, aos jovens, uma melhor compreensão do conteúdo ensinado;
- l)** Adoção de medidas para a integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, bem como para a sua qualificação;
- m)** Revisão do limite de idade dos Programas Estagiar L e T em virtude do ingresso tardio no Ensino Superior e Cursos de Formação Profissional;
- n)** Necessidade de concertação entre o mercado de trabalho e os cursos administrados pela Universidade, atualizando a oferta escolar;
- o)** Necessidade de não só qualificar os jovens,

como também os professores e formadores uma vez que existe uma resistência dos professores em lecionarem nas escolas profissionais. É fundamental apostar-se na carreira de professor do ensino profissional;

- p)** Aumentar a oferta de cursos profissionais, e da existência de mais apoios como a criação de bolsas de alojamento;
- q)** Criação de ligações com ONG onde os alunos possam reforçar a sua aprendizagem e onde o professor deverá aparecer como um facilitador;
- r)** Realização de cursos educacionais e formativos assentes na agregação da avaliação qualitativa à quantitativa, deixando de lado modos padronizados de ação e resultados, e dando foco ao processo de construção de saberes e de trabalho cooperativo entre formandos, o que deverá permitir a partilha de conhecimentos, valores e opiniões, essenciais ao desenvolvimento de indivíduos abertos à experiência (saber), capazes de trabalhar com os outros (saber estar com os outros) e de ampliar o seu leque de competências profissionais (saber fazer);
- s)** Reestruturação de cursos educativos formais, de ensino básico e secundário, que permitam maior participação e decisão pela parte dos alunos relativamente à sua aprendizagem e ação ao longo dos períodos letivos;
- t)** Reconhecimento, validação e certificação de competências e experiências de trabalho, independentemente da sua área profissional, adquiridas em contextos informais e não-formais;
- u)** Reforço na escola de conhecimentos ajustados às necessidades e interesses de diferentes perfis de jovens e refletir o seu bem-estar (Físico, Psicológico e Social), assim, como na Academia (Cursos Profissionais e Licenciaturas – Desporto e Artes);
- v)** Refletir o papel positivo e menos positivo do recurso do Ensino/Trabalho Virtual – criar oportunidades de equidade de oportunidades/distância das ilhas, na Europa e no Mundo;
- x)** Aumento de apoios para a integração de pessoas com deficiência, os existentes são manifestamente insuficientes, pelo que urge implementar na Região um verdadeiro programa de emprego apoiado, destinado a jovens e adultos com deficiência ou necessidades especiais, com vista à melhoria da qualidade de vida, a todos os níveis, destas pessoas e das suas famílias;
- y)** Implementação de uma cultura de avaliação que avalie o verdadeiro impacto dos projetos e programas implementados de modo a que os bons projetos e com resultados mais positivos possam ter a sua devida continuidade, e não terminarem apenas por ter finalizado a sua duração ou financiamento;
- z)** Necessidade de se potenciar o empreendedorismo nas escolas. Neste sentido, as ideias devem poder ser apresentadas aos próprios empresários, não só promovendo o empreendedorismo através da criação de empresas, mas também dentro das próprias empresas.



PARTE

SESSÃO 4

DESAFIOS NO ÂMBITO DO MAR E DAS PESCAS NUMA REGIÃO ULTRAPERIFÉRICA

No dia 28 de outubro de 2021, às 10h30, nas instalações do LREC, Laboratório Regional de Engenharia Civil, realizou-se o quarto fórum subordinado ao tema Desafios no âmbito do Mar e Pescas numa Região Ultraperiférica, através da plataforma Webex.

O presente Fórum contou com a moderação de Daniela Costa, Secretária Geral do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas e com as intervenções iniciais de Luís Costa, Diretor de Serviços de Recursos, Frota Pesqueira e Aquicultura e Pedro Neves, Diretor Regional dos Assuntos do Mar que abordou a “Ciência do Mar nos Açores”.

TEMA DO FÓRUM

A Zona Económica dos Açores representa 57% da ZEE portuguesa e 30% da ZEE europeia, no entanto detém poucos e pequenos bancos de pesca e possui uma frota regional caracterizada por embarcações de pequena escala e fragilidade dos recursos vivos, pelo que a proteção e gestão dos recursos torna-se premente.

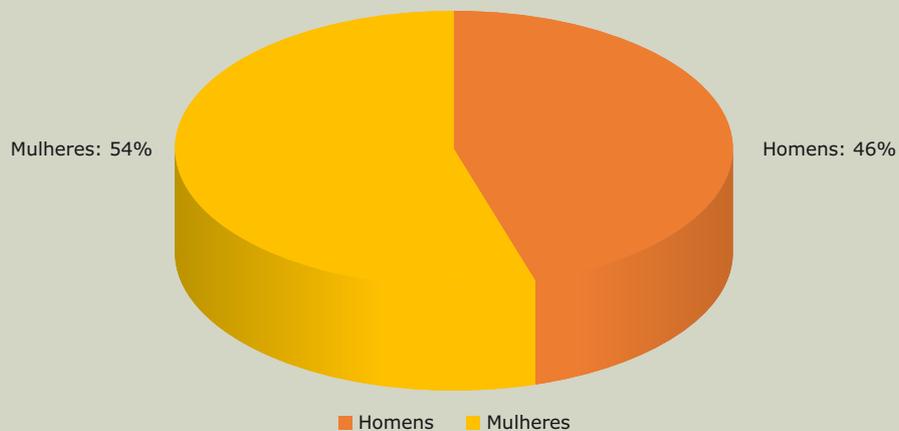
Este é um panorama transversal a outras Regiões Ultraperiféricas pelo que estas devem ter um regime diferenciado de forma a que a estabilidade relativa deva ser ajustada a cada zona biogeográfica marinha de forma a manter os direitos de pesca que garantam a viabilidade do sector. Torna-se urgente criar mecanismos de igualdade de condições no mercado da UE, promovendo a sustentabilidade e controlo higio-sanitário, uma vez que os produtos capturados pelas frotas artesanais das RUP têm sido afetadas pelas distorções criadas pelo mercado globalizado, sendo necessário incrementar medidas que assegurem, cada vez mais, a rastreabilidade dos produtos e a sua identificação da sua origem.

CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

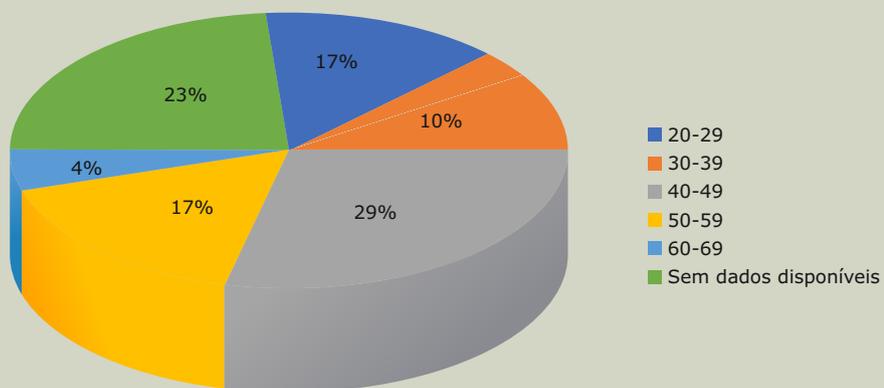
O Fórum contou com a inscrição de 72 participantes divididos da seguinte forma:



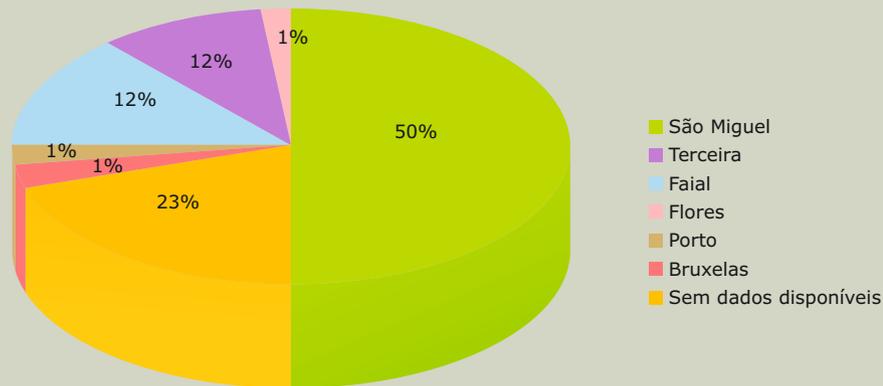
Sexo



Faixa Etária



Dispersão Geográfica



Presencialmente estiveram no auditório do LREC, no total, 4 elementos pertencentes ao Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência, 1 do LREC, Laboratório Regional de Engenharia Civil e o Diretor Regional dos Assuntos do Mar.



ASSUNTOS DEBATIDOS

O evento contou com uma elevada participação onde se debateram temas como a aquicultura, gestão de recursos, modernização de frota pesqueira, sustentabilidade, literacia do oceano, formação, áreas marinhas protegidas, pesca artesanal, modernização das estruturas e equipamentos, rastreabilidade e investigação da pesca e robótica no manuseamento de caixas de transporte de pescado.



PROPOSTAS

No desenrolar dos trabalhos surgiram as seguintes propostas apresentadas pelos participantes:

- a)** Articulação entre as diferentes atividades que se dedicam ao mar (turismo, pescas) e definição de regras comuns para todas as entidades que dele vivem;
- b)** Integração de interlocutores públicos que integrem o sector privado da aquicultura;
- c)** Formação e atuação de novos intervenientes com formação adequada, bem como a reciclagem de formação para os marítimos atuais;
- d)** Redução mais célere da frota pesqueira para que, por parte de Portugal, haja maior sustentabilidade;
- e)** Melhoria de acessibilidades que permitam eleger novos mercados;
- f)** Melhoria do transporte do pescado para que este não perca qualidade;
- g)** Desenvolvimento de um trabalho em rede, desde o pescador/armador, Lota e comprador, tornando toda esta cadeia do comércio mais eficaz;
- h)** Continuidade e reforço do POSEI bem como a sua desburocratização;
- i)** Maior investimento na literacia do oceano junto da população dos Açores;
- j)** Adaptação dos currículos escolares sendo introduzido, nas escolas da Região, a temática do oceano;
- k)** Elaboração de um plano de formação sólido para o sector das pescas que trabalhe ao nível dos requisitos mínimos (saber ler e escrever), suporte básico de vida, segurança no mar, equipamentos e elementos de segurança, artes e operações de pesca, tecnologias de pesca, navegação, gestão da atividade (planificação das vendas de pescado), gestão de recursos e desenvolvimento de uma consciência ambiental;
- l)** Gestão de recursos e atividade da pesca sendo necessário proceder a um levantamento das pescas na Região de forma a que se proceda a avaliações e definição de estratégias;
- m)** Inspeção e fiscalização competente e eficaz;
- n)** Oferta de formação e qualificação dos profissionais marítimos, mas integrada na rede de ensino público, com cargas horárias compatíveis, e com a validação do sistema de ambiente híbrido, aproveitando para apostar na qualificação marítima.
- o)** A formulação do conhecimento não é algo estático, neste sentido é necessário os formadores e docentes estarem em constante acompanhamento da legislação da UE, regional e nacional, com as devidas adaptações aos Açores;
- p)** Capacitação dos profissionais marítimos para a tecnologia de informação, captura

seletiva, valorização das espécies e contributos da descarbonização;

- q)** Processo de desburocratização dos sistemas de licenciamentos, pois torna-se um bloqueio à frota e cria condicionalismo no acesso;
- r)** Desenvolvimento de uma plataforma exclusiva para procura e a oferta de emprego na economia do mar;
- s)** Revisão dos planos das áreas marinhas protegidas já implementados de forma a conferir a sustentabilidade económica do setor;
- t)** Revisão do conceito de "pesca artesanal" que não é adequado às RUP uma vez que este conceito não deve ter em conta a dimensão da embarcação, mas sim as artes praticadas e licenciadas, já que existem embarcações que praticam artes de pesca sustentáveis, mas que pela sua dimensão não são consideradas de "pesca artesanal";
- u)** Reforço do envelope financeiro do Programa Operacional para o Mar, que permita:
 - Valorizar os Recursos Humanos - promovendo a sua capacitação, atualização e "aprendizagem ao longo da vida";
 - Valorizar Produtos da Pesca - Investir na modernização de instalações e equipamentos no apoio à pesca, orientados para uma melhor logística na capacidade de conservação e armazenamento, particularmente na ultracongelação.

- Apostar em sistemas de centralização, recolha e transporte de pescado, melhorando a eficácia de circuitos curtos de comercialização;

- Gestão da Pesca, Rastreabilidade e Investigação - Atualizar procedimentos para transferência e partilha de informação, permitindo melhorar os sistemas de rastreabilidade e apoiar o setor da investigação;

- Antecipar a logística para a "Primeira Venda" - Investir na inovação e Desenvolvimento, nomeadamente em soluções de ponta com Inteligência artificial:

- ▶ possibilidade de compra de pescado ainda a bordo da embarcação de pesca; gestão das caixas de acondicionamento de pescado e das máquinas de gelo em função do peixe que ainda está no porão da embarcação em alto mar;

- ▶ robótica associada ao manuseamento e transporte das caixas de pescado;

- ▶ controlo de Equipamentos e do acesso aos mesmos;

- Eficiência energética – acompanhar novas soluções "eco friendly", por exemplo, na iluminação dos portos de pesca e nas tecnologias associadas à rede de frio e transporte;

- Gestão de resíduos, nomeadamente na melhoria da gestão dos óleos usados pelas embarcações e outros resíduos da pesca;

- Reorientação – tornando a lota uma “alavanca para a coesão territorial” e um espaço aberto a outros setores como a formação e qualificação profissional (estágios profissionais ligados à escola), o turismo (polo turístico) ou a investigação (academia);
- v) Apoio à investigação de forma a poder desenvolver e impulsionar uma aquacultura regional sustentável e em linha com as novas diretivas europeias. A investigação aplicada no setor da aquicultura de invertebrados marinhos e algas será necessária para fazer face aos novos desafios impostos pelas políticas do Pacto Ecológico Europeu e da economia azul, mas para isso será necessário um apoio financeiro não só para melhorar e expandir as estruturas existentes, mas também para a consolidação dos recursos humanos.





PARTE

SESSÃO 5

DESAFIOS DA AGRICULTURA NUMA REGIÃO ULTRAPERIFÉRICA

No dia 29 de outubro de 2021, às 10h30, nas instalações do LREC, Laboratório Regional de Engenharia Civil, realizou-se o quinto fórum subordinado ao tema **Desafios da Agricultura numa Região Ultraperiférica**, através da plataforma *Webex*.

O presente Fórum contou com a moderação de Luís Estrela, Diretor do Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel, e com a intervenção inicial de Pedro Hintze Ribeiro, Diretor Regional da Agricultura.

TEMA DO FÓRUM

A agricultura assume-se como uma das principais atividades dos Açores, desenvolvendo um papel decisivo na coesão económica e social do arquipélago.

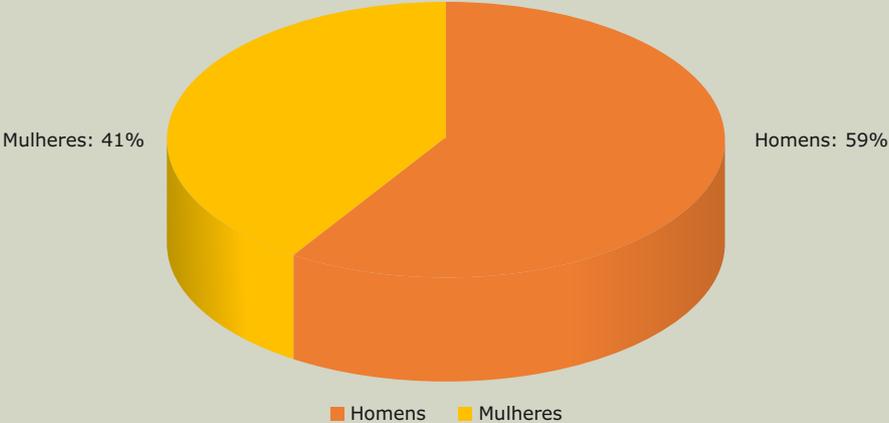
O sector do leite tem na região uma importância inquestionável, contudo o setor da carne, o setor hortoflorifrutícola, a vinha, o chá, a agricultura biológica ou a floresta assumem, igualmente, um papel fundamental nos Açores.

CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

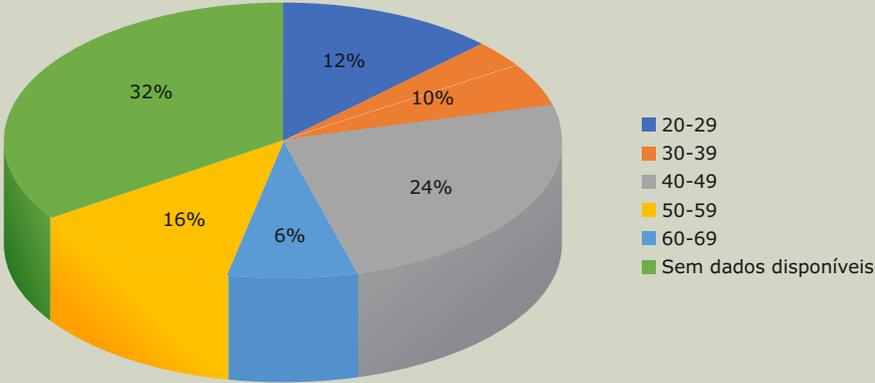
O Fórum contou com a inscrição de 95 participantes divididos da seguinte forma:



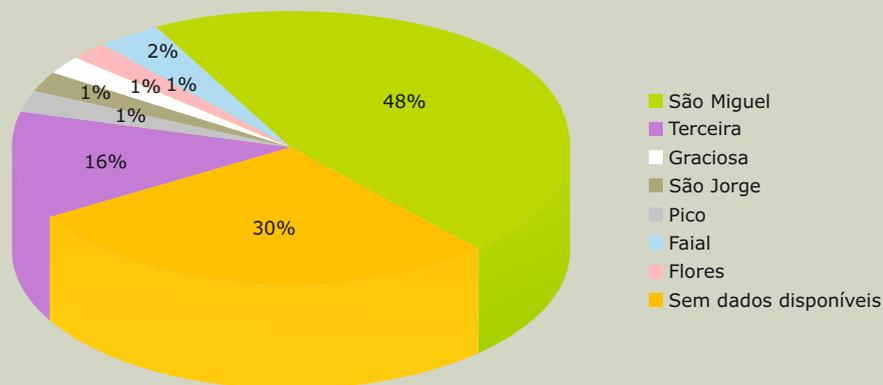
Sexo



Faixa Etária



Dispersão Geográfica



Presencialmente estiveram no auditório do LREC, no total, 6 elementos pertencentes ao Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência, 1 do LREC, Laboratório Regional de Engenharia Civil, o Diretor Regional da Agricultura e o Diretor do Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel.



ASSUNTOS DEBATIDOS

O evento contou com uma elevada participação onde se debateram temas como catástrofes naturais, POSEI, acesso aos mercados, agricultura verde e biológica, formação no sector agrícola, sustentabilidade agrícola, digitalização da atividade agropecuária, viticultura, entre outros.



PROPOSTAS

No desenrolar dos trabalhos surgiram as seguintes propostas apresentadas pelos participantes:

- a)** Implementação do 3º ano dos preparativos da Medicina Veterinária no polo de Angra do Heroísmo da Universidade dos Açores, bem como o reforço de recursos humanos e infraestruturas atinentes à implementação deste 3º ano;
- b)** Implementação de medidas de controlo de doenças de maior impacto nos efetivos económicos animais, melhorando, desta forma, a sanidade animal;
- c)** Melhorar as condições laboratoriais da Medicina Veterinária e desenvolvimento da telemedicina veterinária;
- d)** Promoção da união das Regiões Ultra-periféricas (RUP) no âmbito do Programa POSEI;
- e)** Aumento do envelope financeiro do POSEI;
- f)** Sistema de risco para as RUP que permita minimizar efeitos das crises de mercado, catástrofes naturais ou crises de saúde pública (ex: COVID 19);
- g)** Criação de uma plataforma logística do mercado interilhas e nacional que facilite o transporte e distribuição de produtos agrícolas;
- h)** Implementação de um sistema de incentivos à formação de engenheiros agrícolas;
- i)** Incentivo para o autoabastecimento e exportação dentro do arquipélago tornando-o menos dependente do exterior;
- j)** Promoção de uma agricultura mais verde e biológica;
- k)** Adaptação dos programas comunitários às especificidades de cada ilha;
- l)** Sistema de incentivos para importar mão de obra no sector da viticultura;
- m)** Revisão do sistema de incentivos para empresários no sector da viticultura;
- n)** Implementação de mecanização em parte dos tratamentos, para que sobre mão de obra para os trabalhos de poda, desfolha e poda em verde na viticultura;
- o)** Efetivar o controlo de pragas no sector vitícola para manter o equilíbrio ambiental;
- p)** Reforço da formação no sector agrícola e aposta em campanhas de marketing que desmistifiquem o trabalho agrícola;
- q)** Redução da carga fiscal no setor agrícola;
- r)** Melhoria de acesso aos fatores de produção, que é escasso e complicado nas RUP;
- s)** Definição de metas que definam e promovam a sustentabilidade;
- t)** Implementação de medidas que reduzam os custos de produção;
- u)** Reinventar o modelo de extensão rural;

- v) Implementação de medidas de forma a tornar o manejo de pastagem mais eficiente;
 - y) Recuperar a biodiversidade sem diminuir a produtividade;
 - x) Fomentar a utilização de biofertilizantes;
 - z) Adoção de reformas antecipadas para o setor agrícola;
- aa)**
- aa) Redução dos preços dos transportes;
 - ab) Promoção da investigação no setor orientado para a produção e dinamização do produto;
 - ac) Adaptação da legislação à produção atual;
 - ad) Digitalização da atividade da agro-pecuária tornando o setor mais apelativo para os jovens;
 - ae) Melhoria da tecnologia da informação que torna acessível o conhecimento;
 - af) Realização de estudos para aferir a pegada de carbono;
 - ag) Formação para técnicos e produtores que contemplem visitas de estudo a outras regiões;
 - ah) Realização de estudos sobre as culturas tradicionais para as recuperar e elaboração de fichas técnicas de cada cultura;
- ai) Estudar a forma de mecanização adaptada às dimensões das nossas unidades de produção;
 - aj) Criação de apoios à instalação de campos para ensaios de culturas que não são produzidas na Região, mas que os consumidores procuram e que a Região tem potencial para as produzir;
 - ak) Colocar ao serviço dos produtores o laboratório, da Universidade, de micropropagação vegetativa para preservar as culturas tradicionais regionais;
- al)** Apoiar infraestruturas para a propagação/multiplicação a disponibilizar aos produtores que pretendem cultivá-las;
- am)** Criação de apoios para viveiristas certificados;
- an)** Apoiar e incentivar a transformação dos excedentes de produção;
- ao)** Majorar quem comercializa pelas cooperativas, para evitar a existência de excedentes, pois as cooperativas poderão fazer uma planificação coletiva de produção;
- ap)** Apoiar as associações agrícolas para que estas tenham melhores condições de trabalho;
- aq)** Apoiar as Associações no aumento do seu quadro técnico, para aumentar o apoio técnico e desta forma a formação contínua dos produtores;
- ar)** Gasóleo agrícola deverá ser extensivo às Associações e Cooperativas do setor;

- as)** O acompanhamento técnico dos produtores agrícolas, qualquer que seja o modo de produção, deverá ser prestado pelos técnicos das Associações;
- at)** Criação de um laboratório vegetal de análises de solos, folhas e resíduos de pesticidas em São Miguel uma vez que 80% da produção é em São Miguel;
- au)** Criação de legislação para que seja obrigatória uma prescrição por um técnico superior com formação em ciências agrárias aquando da aquisição de produtos fitofarmacêuticos;
- av)** Majorar nos apoios do POSEI e PRORURAL+ quem seja associado ou cooperante de Associações e Cooperativas;
- ax)** Garantir que os apoios do POSEI deverão obedecer aos mesmos critérios. Os apoios deverão ser todos por área e os produtores não deverão ser obrigados a comercializar por Cooperativas e/ou Organizações de produtores, mas deverá haver uma majoração de 20% para quem comercializar pelas Cooperativas ou Organizações;
- ay)** Os apoios do POSEI deverão ser iguais para todos os sectores (hortícola, frutícola e florícola). Este valor deverá ser duplicado quando são cultivados em sob coberto. A fruticultura deverá ter uma majoração de 20% por ano até à entrada em produção;
- az)** Os valores atribuídos aos três setores, deverão ter um aumento significativo de forma a atrair mais jovens para estes setores contribuindo para a melhoria do rendimento destes (Horticultura 1.150,00€/ha, Banana 12.500,00€/ha e Ananás 65.000,00€/ha);
- ba)**
- ba)** A majoração dos 10% para Denominação de Origem Protegida (DOP), Indicação Geográfica Protegida (IGP) e Modo de Produção Biológico (MPB) deverá ser extensiva para as certificações GLOBAL GAP¹⁰ (referencial global para as boas práticas agrícolas), PRODI¹¹ e Avaliação Local GAP;
- bb)** Promoção de sessões de esclarecimento sobre os apoios do PRORURAL+ e POSEI, informando os produtores sobre as aberturas das candidaturas e como podem candidatar-se;
- bc)** Melhorar as medidas de apoio à aquisição de terrenos agrícolas (RICTA), não deverá ter teto máximo para todas as ilhas, mas sim, por classificação dos terrenos (1^o, 2^a e 3^a categorias) e conforme o valor de mercado de cada ilha. Convém não esquecer que os terrenos para a Agricultura são sempre de valores superiores aos da Pecuária;
- bd)** Criar uma plataforma semelhante à já existente no setor dos laticínios no continente, de forma que os nossos produtos possam chegar ao mercado continental e não só;
- be)** Recuperar, desenvolver e apoiar a agroindústria na Região;

10. Global Gap e Local GAP são referenciais Globais/Locais para boas práticas agrícolas.

11. A produção integrada é um sistema de produção de produtos agrícolas e géneros alimentícios de qualidade, baseado nas boas práticas agrícolas e que privilegia a gestão racional dos recursos naturais e a utilização dos mecanismos de regulação natural em substituição de fatores de produção, contribuindo, deste modo, para uma agricultura sustentável.

- 
- bf)** Os apoios deverão ser mais apelativos para o setor agrícola havendo uma equidade entre setores e fileiras;
- bg)** Criar apoios para a instalação de estações meteorológicas em diferentes locais e altitudes de cada ilha, de modo a que o agricultor tenha dados atempadamente para uma tomada de decisão mais objetiva nas operações culturais tornando mais eficiente a utilização dos "inputs" e desta forma pondo em prática a tão falada "Agricultura de precisão";
- bh)** Continuar a apoiar as Associações Agrícolas para a implementação da Certificação dos Produtores, em MPB e Global GAP, valorizando assim, os produtos dos Açores pela sua qualidade alimentar;
- bi)** Criação de um banco de trabalhadores, que tenham vencimentos e condições de habitabilidade condignas, para colmatar a falta desta;
- bj)** Melhorar o sistema de transporte interilhas aéreo e marítimo, sendo este último com condições de frio em contentores e com condições de transportar carrinhas de carga;
- bk)** Atendendo que a subida dos preços dos combustíveis não acompanha os preços de venda do leite e da carne, será necessário reforçar o apoio ao ga-sóleo colorido;
- bl)** Disponibilizar um avião cargueiro, ligando todas as ilhas de forma a ser possível o escoamento de produtos para o continente português e Europa com mais regularidade e mais barato;
- bm)** Melhoria da tecnologia produtiva;
- bn)** Desenvolver urgentemente o ensino técnico – profissional e universitário direcionado eminentemente às áreas produtoras.



PARTE

SESSÃO 6

PROMOÇÃO DA IGUALDADE E DA INCLUSÃO SOCIAL

No dia 29 de novembro de 2021, às 10h30, nas instalações do LREC, Laboratório Regional de Engenharia Civil, realizou-se o sexto fórum subordinado ao tema **Promoção da Igualdade e da Inclusão Social**, através da plataforma *Webex*.

O presente Fórum contou com a moderação de Joana Amen, do Patronato de São Miguel, e com a intervenção inicial de Tânia Fonseca, Diretora Regional para Promoção da Igualdade e Inclusão Social

A temática da Promoção da Igualdade e da Inclusão Social e a aplicação de medidas que visem materializar a Igualdade e Inclusão são instrumentos fundamentais nas sociedades, pois possibilitam trabalhar na garantia de direitos dos cidadãos.

A igualdade e não discriminação constituem direitos humanos fundamentais uma vez que o reconhecimento e a valorização de homens e mulheres, em todos os seus domínios, constituem pilares fundamentais numa sociedade justa e com confiança no futuro. De salientar que "o direito à igualdade em todos os locais de trabalho constitui uma preocupação mundial expressa na Agenda do Trabalho Digno da Organização Internacional do Trabalho (OIT) definida em 1999, reforçada pela Declaração da OIT sobre justiça social para uma globalização justa em 2008, e pelas políticas e estratégias da OIT 2010-2015, que visaram assegurar os direitos fundamentais do trabalho."¹³

Em Portugal, estes princípios estão consagrados na Constituição da República Portuguesa e no Código do Trabalho.

Por sua vez, entende-se por inclusão social o conjunto de medidas direcionadas a indivíduos excluídos do meio social, independentemente da causa desta exclusão (deficiência física ou mental, cor da pele, orientação sexual, género) e com o intuito de promover a integração destes indivíduos à igualdade de oportunidades e de acesso a bens e serviços.

12. Para consultar as intervenções desta sessão, remeta para a página 72, Parte II.

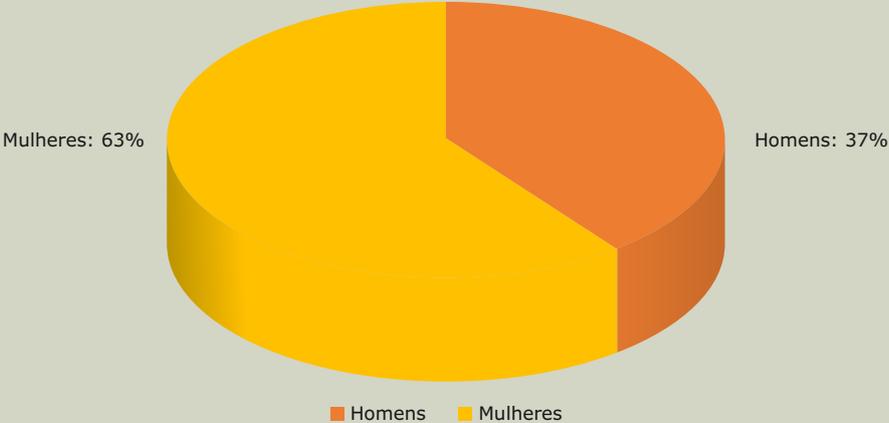
13. Autoridade para as Relações de Trabalho, Igualdade Laboral entre Homens e Mulheres, disponível em: [https://www.act.gov.pt/\(pt-PT\)/CentroInformacao/Igualdade%20laboral%20entre%20homens%20e%20mulheres/Paginas/A%20A7%20A3onacionaldepromo%20A7%20A3odaigualdadedeg%20A9neronotrabalho.aspx](https://www.act.gov.pt/(pt-PT)/CentroInformacao/Igualdade%20laboral%20entre%20homens%20e%20mulheres/Paginas/A%20A7%20A3onacionaldepromo%20A7%20A3odaigualdadedeg%20A9neronotrabalho.aspx)

CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

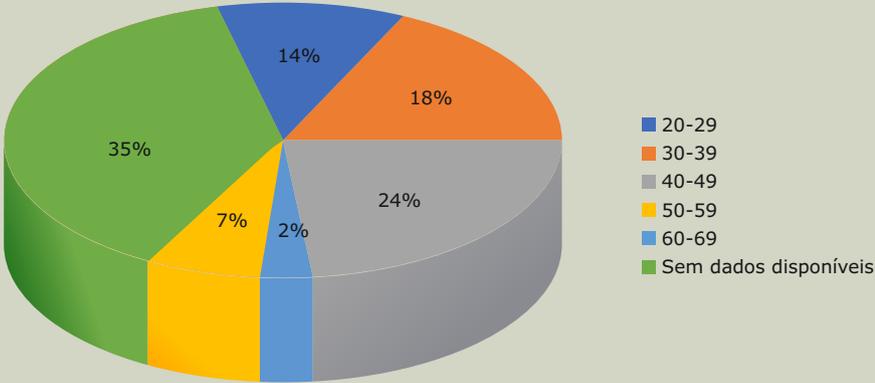
O Fórum contou com a inscrição de 86 participantes divididos da seguinte forma:



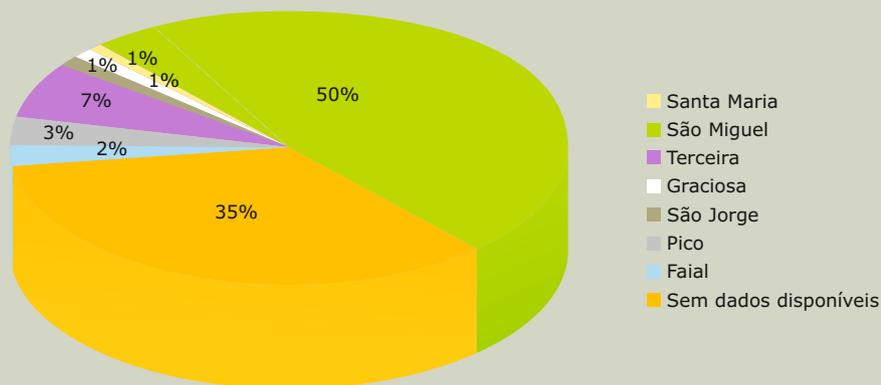
Sexo



Faixa Etária



Dispersão Geográfica



Presencialmente estiveram no auditório do LREC, no total, 5 elementos pertencentes ao Gabinete do Sub-secretário Regional da Presidência, 1 do LREC, Laboratório Regional de Engenharia Civil e Joana Amen, do Patronato de São Miguel



ASSUNTOS DEBATIDOS

O evento contou com uma elevada participação onde se debateram temas como a revisão de estratégias nacionais e regionais, criação de mecanismos de financiamento de projetos, diminuição de assimetrias, promoção de educação para os Direitos Humanos, reforço da economia social e solidária, combate ao absentismo escolar, turismo inclusivo, entre outros.



PROPOSTAS

No desenrolar dos trabalhos surgiram as seguintes propostas apresentadas pelos participantes:

- a)** Elaboração de levantamentos de programas socioeconómicos da União Europeia e garantir o bom funcionamento desses programas;
- b)** Reconhecer a pessoa como sujeito através do reforço de parcerias atlântico-europeias para a criação de sinergias que garantam a eficácia e eficiência das respostas sociais quer numa perspetiva individual quer numa perspetiva territorial;
- c)** Criação de um grupo de estudo com o intuito de analisar que setores e produtos poderão constituir atrativos para investimento ao nível europeu;
- d)** Criação de um grupo permanente que vise apoiar potenciais investidores externos que desenvolvam projetos económico e sociais na Região;
- e)** Repensar um capítulo dedicado à igualdade de género, na estratégia nacional e regional de combate à pobreza e à exclusão social identificando preconceitos, lacunas e disparidades;
- f)** Criação de mecanismos de financiamento para projetos específicos na área de igualdade de género que coloquem o foco na intervenção social por via da cultura;
- g)** Promoção de uma maior comunicação em torno da igualdade de género;
- h)** Maior capacitação de respostas de integração de crianças e jovens em respostas sociais desde os primeiros anos de vida, de modo a diminuir as assimetrias futuras;
- i)** Alargamento do número de vagas em creches para beneficiários dos primeiros escalões;
- j)** Capacitação dos pais na integração de projetos de intervenção comunitária em áreas como desporto e lazer, com particular incidência nos bairros sociais;
- k)** Promoção de educação para os Direitos Humanos nos estabelecimentos de ensino;
- l)** Criação de rotas legais e seguras para refugiados;
- m)** Generalização de acolhimentos e integração de refugiados por todos os Estados Membros;
- n)** Criação de uma estrutura para acolhimento de pessoas idosas vítimas de abusos/maus tratos;
- o)** Promoção de literacia da saúde e digital de modo a promover a prevenção de doenças;
- p)** Criação de um projeto piloto, que consista na criação de um laboratório regional, na área da saúde;
- q)** Melhorar a captação e gestão de recursos humanos, aumento de produtividade e eliminação de recursos na área da saúde;
- r)** Desenvolvimento de programas, nas escolas profissionais, menos extensos e dire-

cionados para questões de cidadania que possibilitem quebrar a “cadeia de pobreza”;

- s)** Mais financiamento para Associações de Inclusão Social;
- t)** Criação, no mercado laboral, de rede regional de intervenção de Associações de Inclusão Social podendo ser centralizadas nos municípios, agregando Juntas de Freguesia e Empresas, entre outros;
- u)** Políticas de promoção de igualdade e de inclusão social na Região devem considerar em primeira instância abordagens de base territorial, considerando as especificidades de cada território;
- v)** Mudança de paradigma político centrando as políticas no indivíduo;
- y)** Abordagem integral e integrada que inclua diferentes dimensões: saúde, educação, habitação, cultura e emprego;
- x)** Reforço da capacitação junto das organizações do terceiro setor que diariamente intervêm nos territórios;
- z)** Auscultação das pessoas que estão em maior vulnerabilidade identificando, assim, dificuldades, ambições e anseios para melhor definir objetivos estratégicos;

aa)

- aa)** Monitorização regular do território, identificando permanentemente grupos vulneráveis;
- ab)** Reforço de programas de desenvolvimento comunitário de longo prazo em bairros sociais;

ac) Reforço da economia social e solidária;

ad) Programas de efetiva promoção da representação de minorias em cargos de chefia e/ou políticos;

ae) Criação de políticas públicas de combate à pobreza e desigualdades socio-económicas nomeadamente no que toca ao absentismo e abandono escolar, uma vez que este facto potencia o desenvolvimento futuro de problemas socio-económicos;

af) Investir em políticas públicas de apoio para famílias que têm doentes neurodegenerativos, uma vez que a ausência destas medidas de apoio potenciam o absentismo escolar e/ou abandono do trabalho para prestação de cuidados, potenciando, cada vez mais, as desigualdades sociais;

ag) Combate à desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho;

ah) Adoção do sistema *coloradd*, sistema que permite identificação da cor da bandeira nas praias;

ai) Efetivação de “praia acessível” para todas as praias e zonas balneares dos Açores dotando estas zonas balneares de material de suporte para pessoas com necessidades especiais;

aj) Criação de material turístico (panfletos, *flyers*, placas informativas) em *braille*;

ak) Disponibilização de informação museológica em *braille*;

al) Campanhas de sensibilização dos direitos de pessoas LGBTI, através de uma equipa multidisciplinar municipal em parceria com associações, direcionada para crianças, jovens e Encarregados de Educação.



PARTE

SESSÃO 7

AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS NOS AÇORES

No dia 12 de janeiro de 2022, às 10h30, nas instalações do LREC, Laboratório Regional de Engenharia Civil, realizou-se o sétimo fórum subordinado ao tema **Ambiente e Alterações Climáticas nos Açores**, através da plataforma *Webex*.

O presente Fórum contou com a moderação de Diogo Caetano, da Associação Ecológica Amigos dos Açores, e com a intervenção inicial de Ana Cristina Rodrigues, Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

TEMA DO FÓRUM

A temática do Ambiente e Alterações Climáticas assume-se de particular interesse em pleno século XXI, por configurar uma das maiores ameaças ambientais, sociais e económicas.

Os impactos das alterações climáticas estão, cada vez mais, a ser observados e prevê-se que se tornem mais evidentes antevendo-se “que a ocorrência de situações meteorológicas extremas, incluindo ondas de calor, secas e inundações, será mais frequente e intensa. Na Europa, os maiores aumentos de temperatura registam-se no sul da Europa (...)”¹⁵. Estas alterações influenciam e potenciam alterações nos ecossistemas naturais. “Os setores económicos, tais como a silvicultura, a agricultura, o turismo e a construção civil sofrerão a maior parte das consequências negativas.”

Urge debater, mas acima de tudo, agir, uma vez que embora se reconheça que algumas alterações climáticas são inevitáveis, uma parte substancial destas alterações está subordinada à ação humana.

14. Para consultar as intervenções desta sessão, remeta para a página 78, Parte II.

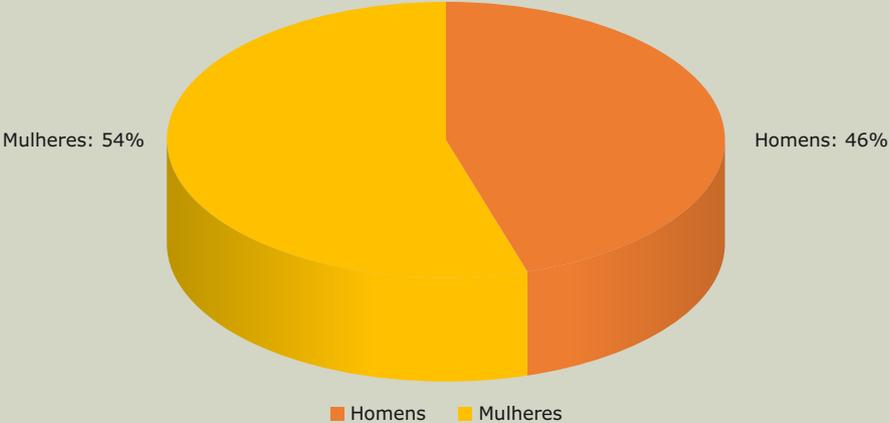
15. Agência Europeia do Ambiente, Sobre as Alterações Climáticas, disponível em: <https://www.eea.europa.eu/pt/themes/climate/about-climate-change>

CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

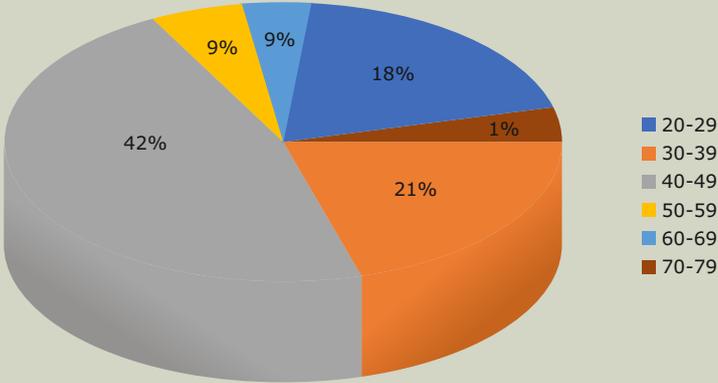
O Fórum contou com a inscrição de 101 participantes divididos da seguinte forma:



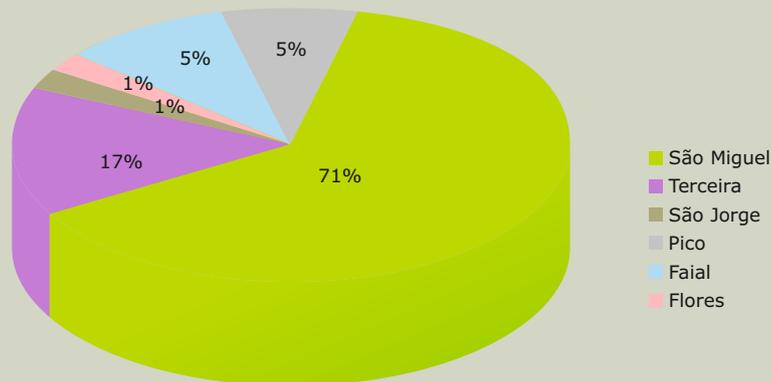
Sexo



Faixa Etária



Dispersão Geográfica



Presencialmente estiveram no auditório do LREC, no total, 5 elementos pertencentes ao Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência, 1 do LREC, Laboratório Regional de Engenharia Civil e Diogo Caetano, da Associação Ecológica Amigos dos Açores.



ASSUNTOS DEBATIDOS

O evento contou com a mais elevada taxa de participação de entre os fóruns realizados, o que atesta a pertinência do tema. Foram debatidas matérias como a importância da realização de ações de sensibilização, adoção de soluções mistas para a proteção da orla costeira, restauração ecológica de ecossistemas, preservação de áreas marinhas protegidas, armazenamento de energias renováveis e águas pluviais, intervenção nas linhas de águas, criação de planos de substituição de pastagens em altitude por florestas, entre outros.



PROPOSTAS

No desenrolar dos trabalhos surgiram as seguintes propostas apresentadas pelos participantes:

- a)** Aumentar a aposta de ações de sensibilização para as questões ambientais;
- b)** Repensar o tipo de Turismo que queremos para os Açores, abdicando de um Turismo de massas;
- c)** Continuação da aposta na defesa das zonas costeiras e interface terra/mar que assume particular relevância em regiões costeiras;
- d)** Promoção de estudos em escala das zonas costeiras, de modo a que se possa efetivar uma intervenção mais eficaz com soluções mistas (com engenharia natural) cuja manutenção é muito mais eficaz;
- e)** Recuperação e desenvolvimento de meios que permitam armazenar recursos hídricos, nomeadamente águas pluviais, para determinados usos (nomeadamente agricultura);
- f)** Necessidade de recuperação ecológica do ecossistema, que por vezes se encontra degradado pela existência de espécies invasoras e/ou utilização menos correta dos solos, e cuja recuperação poderá prevenir cheias e derrocadas;
- g)** Preservação efetiva de áreas marinhas protegidas;
- h)** Ter atenção às medidas energéticas que por vezes não são as mais adequadas na preservação e proteção da biodiversidade (ex: substituição da luminária da via pública em diversas ilhas dos Açores);
- i)** Assumir uma posição de vanguarda europeia na criação de projetos pilotos europeus a nível energético;
- j)** Investimento no armazenamento das energias renováveis;
- k)** Incentivar a produção alimentar, de forma a que a Região se torne mais autossuficiente, reduzindo a pegada ecológica e a dependência do exterior;
- l)** Intervenção nas linhas de água, de forma a evitar o transbordo quando se registar índices pluviométricos mais elevados;
- m)** Redução das pastagens em altitude, de forma a reduzir danos causados por pluviosidade mais intensa;
- n)** Criação de um plano de substituição de pastagens em altitude por florestas;
- o)** Alastrar a rede de postos de abastecimento de veículos elétricos;
- p)** Instalação de hídrica reversível em São Miguel e na Terceira, de modo a armazenar energia renovável que é desperdiçada;
- q)** Produção de hidrogénio na Região;
- r)** Aplicação de medidas penalizadoras de bens supérfluos para determinada região (ex: importação de água engarrafada numa região rica em recursos hídricos);

- s)** Renovação e melhoria da frota de transportes públicos com o intuito de reduzir a utilização dos transportes privados;
- t)** Os Fundos Europeus para as alterações climáticas devem prever os prejuízos causados nas regiões mais afetadas por estes fenómenos;
- u)** Melhorar a fertilidade do solo;
- v)** Aposta na gestão de resíduos;
- x)** Aumento da prática de meios regenerativos (ex: sementeira seletiva);
- y)** A Agricultura deve andar de "mãos dadas" com a Floresta reconhecendo a multifuncionalidade do clima, a biodiversidade do solo e a qualidade do ar;
- z)** Aumento da realização de ações de sensibilização direcionadas para aquisição de veículos elétricos;
- aa)** Criação de um plano biológico direcionado para a Agricultura e Lavoura, de forma a reduzir práticas vigentes com a utilização abusiva de adubos e fertilizantes;
- ab)** Aposta na estabilização de taludes, preparação de linhas de água e redução de valas em cimento, que conduzem sedimentos e originam assoreamento e destruição da biodiversidade;
- ac)** Combate à deposição de lixo doméstico a céu aberto em zonas rurais;
- ad)** Criação de imposto poluidor/pagador;
- ae)** Necessidade de criação de uma ferramenta europeia que meça os indicadores das medidas de combate às alterações climáticas. É fundamental que os indicadores das medidas de mitigação das alterações climáticas sejam mensuráveis;
- af)** Aumento da produção biológica e consequentemente o aumento de produção limpa, ecológica e amiga do Ambiente;
- ag)** Melhorar o escoamento dos produtos açorianos de agricultura biológica.

P



PARTE *CONTRIBUTOS DOS PARTICIPANTES*

SESSÃO 1 | Turismo Sustentável e Setores Transversais

Apresentam-se as intervenções dos participantes da **Sessão 1**, realizada no dia 9 de junho 2021.

Pedro Faria e Castro (Subsecretário Regional da Presidência)

Faz uma apresentação geral dos fóruns, referindo o empenho do XIII Governo em trazer o debate sobre o futuro da Europa aos Açorianos. A Europa dos Estados evoluiu, ao longo de cinco décadas, para uma Europa das Regiões e, mais importante ainda, uma Europa dos Cidadãos. A Conferência sobre o Futuro da Europa vem, portanto, dar voz aos cidadãos europeus. Nos Açores, queremos ouvir aqueles que, de uma forma ou de outra, pretendem contribuir para a construção, nestas ilhas, de uma União mais efetiva, que adote políticas que respondam às reais necessidades das suas populações, atendendo assim à nossa natureza ultraperiférica.

Rosa Costa (Diretora Regional do Turismo)

Realça que o posicionamento dos Açores como destino turístico sustentável tem sido afirmado através da promoção de várias práticas e ações neste âmbito e que o processo de certificação é uma oportunidade para o sucesso e para a diferenciação competitiva da Região.

Finda esclarecendo que os próximos passos a seguir baseiam-se na atração de turistas que valorizem o destino Açores e aplicação de políticas e regulamentação ao nível da sustentabilidade ambiental, económica e social, de forma transversal na Região.

Alfredo Borba (Europe Direct)

No que toca ao tema do turismo, chama à atenção para o Guia para o Financiamento do Turismo, que se debruça sobre o financiamento da União Europeia e que permite pesquisar as várias oportunidades de financiamento mais relevantes entre os programas do novo orçamento da União Europeia para o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027.

Mário Fortuna (Presidente da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores)

Defende que a sustentabilidade do destino é fundamental, uma vez que coloca um contraponto à massificação e que deve haver uma receção aos turistas, devendo estes usufruir do que os Açores têm a oferecer, de forma ordenada e bem planeada. Sublinha que o grande desafio da Região será a adaptação e a recuperação de infraestruturas, para que os turistas possam desfrutar plenamente da sua estadia na Região.

Catarina Cymbrom (Agência Melo)

Realça a importância dos setores transversais como a base da sustentabilidade do turismo na Região. Sugere a criação de mecanismos para a autossustentabilidade e uma menor dependência de recursos, dando como exemplo, a eficiência energética. Sugere ainda outras práticas como:

- Maior legislação na construção de novas infraestruturas ligadas ao turismo;
- Melhoramento da qualidade das águas;
- Promoção de uma agricultura sustentável, com ênfase na qualidade da produção;
- Criar reservas naturais para a prática de mergulho.

Cláudia Chaves (Presidente da Associação da Hotelaria, Restauração e Similares dos Açores)

Afirma que a cultura é um produto único e um dos motores do crescimento do Turismo. Elenca como vários novos desafios:

- Diversificação da oferta turística, através da otimização dos recursos existentes;
- Atratividade do turismo de qualidade (fora de época);
- Uma melhor distribuição geográfica;
- Preservação e transmissão do património imaterial;

Termina defendendo ser necessário promover o turismo gastronómico como uma ferramenta para progredir em direção à sustentabilidade social, cultural, e económica do destino Açores.

Hernâni Jorge (Gerente ECO DESAFIOS)

Afirma que com a emergência climática e a pandemia, a sustentabilidade tornou-se um elemento-chave para a retoma económica. Defende que as entidades públicas e as empresas privadas devem continuar a desenvolver abordagens que reforcem os aspetos da sustentabilidade, que passou a estar no topo das prioridades dos cidadãos.

Realça, ainda, que os Açores têm apostado na importância do investimento na conservação da natureza, qualidade ambiental, ordenamento do território numa afirmação do valor dos serviços dos ecossistemas.

Pedro Rosa (Presidente da Associação de Turismo Sustentável do Faial)

Salienta que através da atividade económica do turismo podemos contribuir para a resolução de problemas e apresentação de soluções, integrando um desenvolvimento que se direcione para a sustentabilidade a longo prazo. Considera que a nível ambiental existe progresso, sendo que no que toca ao pilar económico e social reconhece a dificuldade em equilibrar os mesmos com a realidade.

Blanca Martin-Calero (Araucária Edições/ gerente/editora)

Refere que o Governo Regional dos Açores deve ter uma atitude ativa sobre a estratégia que o turismo deve seguir no geral. Afirmo não poder haver uma dicotomia entre a certificação ambiental e a construção de infraestruturas ligadas ao turismo sem regulamentação ambiental. Termina frisando ser necessário uma revisão urgente deste assunto.

João Pinheiro (Presidente da Associação de Alojamento Local)

Afirmo que a sustentabilidade dos Açores aparenta ser uma boa oportunidade para o desenvolvimento da Região como destino turístico. No entanto, é indispensável haver uma economia sustentável, acrescentando que o alojamento local é um parceiro estratégico da sustentabilidade dos Açores, pois promove a mobilidade geográfica.

Filipa Martins (Vice-Presidente da Associação de Guias de Informação Turística dos Açores)

Salienta que não é possível falar em sustentabilidade sem analisar o território de destino, uma vez que permitirá um melhor conhecimento e avaliação dos territórios. Defende que o turismo sustentável nos Açores deve beneficiar a mobilidade da população açoriana entre ilhas e propõe estudos de caso sobre os impactos que os meios de transporte provocam no ecossistema. Finaliza, afirmando que a oferta dos Açores apenas como turismo de natureza limita o seu desenvolvimento, sendo necessário aumentar a oferta, ou seja, oferecer os Açores como destino gastronómico.

Joana Borges (Sustain Azores)

Defende que o importante seria termos uma visão estratégica e um posicionamento mais abrangente da Região que permita a setorialidade e o alinhamento com as prioridades da Comissão Europeia, em particular, com o Pacto Ecológico Europeu.

A Região deveria ter um alinhamento com os novos sistemas de incentivos do Quadro Plurianual com a taxonomia da União Europeia, que essencialmente explica o que são projetos sustentáveis.

Jorge Alves

Afirma existir uma redução da procura, mas com uma grande capacidade instalada. Neste sentido, é necessário atuar não apenas na procura, mas também na oferta, de modo a equilibrar o turismo sendo a sazonalidade um dos aspetos fundamentais e que raramente foi intervencionado. Afirma, por fim, que nos próximos oito anos a Região necessita de crescer 18% por ano para atingir os números pré-COVID-19.

Lucília Tavares (Portos dos Açores)

Acentua que a sustentabilidade pode contribuir de forma direta e indireta para a retoma da economia e que neste contexto, a Portos dos Açores assenta a sua política de sustentabilidade contribuindo para que os seus terminais marítimos e as suas marinas e núcleos de recreio náutico sejam portas de entrada para o mundo nesta ótica de One Planet Vision. Termina afirmando que um dos maiores contributos da Portos dos Açores será a melhoria do seu sistema de qualidade (ISO).

Fernando Neves (Associação de Hotelaria de Portugal - Representante Açores)

Frisa a importância do turismo no desenvolvimento económico da Região, existindo a responsabilidade de preservar a natureza em consonância com a sustentabilidade. É fundamental que se mantenha a monitorização do impacto das medidas, através de uma parceria entre o público e o privado. Defende ser necessário haver uma oferta de modo a atrair os nómadas digitais e assegura que na hotelaria tem havido um grande esforço para o reforço de medidas sustentáveis, em áreas como o consumo de energia, da água e de reciclagem.

P

PARTE



CONTRIBUTOS DOS PARTICIPANTES

SESSÃO 2 | Democracia: A Participação dos Cidadãos na UE

Apresentam-se as intervenções dos participantes da **Sessão 2**, realizada no dia 21 de julho de 2021.

Carlos E. P. Amaral (Diretor Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa)

Salienta que a Conferência sobre o Futuro da Europa convoca-nos a sermos cidadãos europeus e organizarmo-nos e determinarmos o nosso futuro a partir da nossa vontade e opções. Prossegue afirmando que a construção europeia começou por ser decidida em conferências intergovernamentais, de modo que para garantir a democracia era apenas necessário que os Estados Membros fossem democráticos.

Termina afirmando que com a Conferência sobre o Futuro da Europa, as instituições europeias disponibilizam aos cidadãos europeus a oportunidade de se fazerem ouvir e de apresentarem as suas propostas concretas.

Luís Garcia (Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores)

Afirma que a Europa está a enfrentar um dos períodos mais complexos da sua história, dando como exemplo, os desafios da migração, a crise dos refugiados, as alterações climáticas, o terrorismo e recentemente a pandemia COVID-19, levando a uma maior importância da defesa dos valores europeus. Destaca o papel importante que os parlamentos e assembleias podem ter na promoção de informação europeia junto dos cidadãos e os benefícios que advêm das políticas europeias. Neste sentido, acrescenta que é necessário analisar o envolvimento dos cidadãos com as políticas regionais implementadas, realçando que apesar da Autonomia estar consolidada, deve ser sempre fortalecida pela participação e envolvimento dos cidadãos.

José Azevedo

(Projeto Escuta-Empreendedorismo Social Comunitário Universitário Trans-nacional)

Defende a criação de uma Europa assente numa democracia parlamentar, onde fosse aplicado a nível europeu o mesmo sistema existente no âmbito nacional e a expansão deste sistema com mecanismos de democracia participativa. Esta governação seria complementada com o aumento do poder de intervenção do cidadão comum. Desta forma, o Parlamento Europeu seria um órgão central no processo de tomada de decisão, controlando o orçamento da União Europeia e a sua política monetária.

Tiago Rodrigues (Estagiário do Gabinete dos Açores em Bruxelas)

As suas propostas passam por dar a voz aos cidadãos, garantindo-se que após o processo de auscultação, as medidas possam ser implementadas e não apenas colocadas de lado, como tem sido prática recorrente das instituições que estão altamente persuadidas pelos Estados Membros.

Propõe que se tente elaborar um documento na qual as RUP possam constar das listas transnacionais pois os deputados eleitos por ciclos nacionais são deputados representantes da União Europeia e as RUP ficam reféns das vontades partidárias de incluir ou não candidatos nessas mesmas listas, levando a que os cidadãos com características específicas como os que residem nas RUP tenham menos possibilidades de expressar a sua vontade e de participar no processo legislativo europeu.

José Pereira (Professor da Escola Básica Integrada de Água de Pau)

Realça a importância dos jovens na definição do projeto europeu sobretudo no que se refere às bases democráticas e às formas de reforçar os processos democráticos que regem a União Europeia. Neste contexto, entende ser necessário que os jovens conheçam a União Europeia, reforçando o papel das escolas na transmissão desse conhecimento através do reforço de projetos europeus, clubes europeus, projetos baseados no ERASMUS, Embaixadores do Parlamento Europeu e programas de mobilidade e viagens.

Jéssica Anjos (Associação Académica da Uac)

Apresentou várias medidas que considera essenciais para a aproximação do cidadão comum à União Europeia:

- Promoção de mais programas de mobilidade (estágios/emprego);
- O *i-voting* europeu;
- Proliferação do orçamento participativo;
- Criação de plataformas onde o cidadão comum pode dar a sua opinião.

Eládio Braga (Diretor Regional da Juventude)

Considera ser urgente agilizar mecanismos para que os jovens tenham um papel ativo e decisivo na construção de uma Europa mais consciente da sua identidade e mais unida, defendendo assim a promoção de debates que devam resultar em ações concretas. Por conseguinte, deve-se apostar na participação significativa dos jovens através de debates e discussões e no incentivo da mobilidade na Europa.

Gonçalo Oliveira (Presidente da Direção do Núcleo de Estudantes de Estudos Euro-Atlânticos)

Sublinha que os Açores e as restantes Regiões Ultraperiféricas da União Europeia são de facto um fator de divulgação dos valores e dos princípios que sustentam a União Europeia. Valores e princípios que com base nos argumentos democráticos centram-se precisamente na figura do cidadão que se torna, desta forma, um dos alicerces do projeto europeu, sendo por isso necessária a sua participação por uma União Europeia cada vez mais forte. Assim sendo, propõe a valorização e desenvolvimento da rede de projetos de intercâmbio académicos e profissionais.

António José Gaspar da Silva

(Escola Profissional Associação para a Promoção do Desenvolvimento dos Açores- APRODAZ)

Refere que o ensino profissional na Região está já implementado na maioria das nossas ilhas, havendo questões pertinentes que têm sido transpostas dos quadros comunitários que não podem deixar de ser relevadas no presente para que o futuro seja melhor.

Iva Matos (Chefe de Divisão da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada)

Salienta que a cultura está a transpor-se para a componente digital a nível europeu, o que permite um maior acesso ao património e à cultura, embora ainda seja necessário percorrer um longo caminho nesta área. Desta forma, propõe as seguintes propostas:

- Implementação de uma rede de bibliotecas públicas europeias (educação não formal);
- Criação e implementação de uma política de uniformização do tratamento de dados a nível europeu;
- Mobilidade profissional a nível europeu para os profissionais das bibliotecas públicas e arquivos.

Termina realçando que através da mobilidade os profissionais das bibliotecas e arquivos de Regiões Ultraperiféricas terão mais valias a nível profissional e europeu.

Alfredo Borba (Europe Direct)

Afirma que a cidadania europeia tem um conceito dinâmico que evoluiu em paralelo com a construção da União Europeia, sendo que a ideia de uma cidadania europeia só começou a surgir a partir da Cimeira de Paris de 1974. Prossegue, realçando que a Europa dos cidadãos se tornou um objeto político explícito no decurso dos anos 70 com a eleição do Parlamento Europeu por sufrágio universal pelos cidadãos de todos os Estados Membros.

P

PARTE *CONTRIBUTOS DOS PARTICIPANTES*

SESSÃO 3 | Juventude e Qualificação Profissional

Apresentam-se as intervenções dos participantes da **Sessão 3**, realizada no dia 22 de setembro de 2021.

Carmen Gaudêncio (Adjunta do Subsecretário Regional da Presidência)

Realça que o propósito desta sequência de Fóruns, que têm vindo a ser realizados pelo Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência, é ouvir, mas também transmitir as ideias dos açorianos e a realidade insular de cada uma das nossas ilhas nos mais variados temas. Construímos uma visão assente em propostas onde também são auscultados os espaços mais periféricos da UE, como os Açores, enriquecer uma UE assente na diversidade e que acolhe as suas regiões no seio das suas políticas comunitárias.

É, por isso, que a temática da juventude e da qualificação profissional é tão importante nos dias de hoje. São os passos dos jovens de hoje que vão erguer a Europa de amanhã e a qualificação profissional afigura-se determinante.

Eládio Braga (Diretor Regional da Juventude)

Reflete sobre as estatísticas em relação ao abandono escolar precoce, os jovens NEET (Estratégia nacional de jovens que não trabalham nem estudam) e a taxa de pessoas com educação superior (que na Região é baixa), revelando que a nível de qualificação profissional na Região ainda existe carência. Após a explanação de alguns problemas existentes a nível do ensino, também foram mencionados vários programas orientados pela Direção Regional da Juventude e pela União Europeia que fomentam a competitividade e apostam na qualificação não formal, como o Eurodisseia e o Moov. Termina a sua intervenção destacando que os programas que promovam o empreendedorismo, levam à criação de uma resiliência nos jovens e do aumento da iniciativa.

Laura Pimentel (Diretora de Serviços do Emprego)

Destaca que têm sido implementadas várias iniciativas a nível da formação, tal como uma parceria com a UAç para apoiar pós-graduações e licenciaturas, ou o Ensino Dual em protocolo com a Escola Profissional das Capelas, onde vão existir 3 cursos com alternância e uma alteração ao nível do programa Prosa, que contemplará uma formação profissional adequada ao perfil do indivíduo. Termina realçando que o Plano de Recuperação e Resiliência e o novo Quadro Comunitário são essenciais para fomentar a qualificação profissional na Região.

Rita Trancoso (Casa do Povo de Santa Bárbara da Terceira)

Refere a defesa da complementaridade entre a escola e a educação não formal e uma menor burocracia no acesso a programas como o Erasmus, afirmando posteriormente que os jovens devem ser os atores dos espaços de debate quando os temas incidirem sobre os mesmos.

Fernando Diogo (Coordenador do CICS.NOVA.UAc- Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais)

Principiou a sua intervenção afirmando que o grande entrave ao desenvolvimento dos Açores são as baixas qualificações, sendo que em regra a Região ocupa os últimos lugares a nível europeu relativamente às qualificações dos ativos e ao desempenho escolar dos alunos. Assim propôs medidas para combater esse panorama, nomeadamente: não haver concentração do investimento em qualificação só numa fase inicial, mas sim durante todo o percurso dos indivíduos a nível escolar e laboral; fazer formações que não contribuam só para as estatísticas, mas sim formações para empoderar os jovens e os ativos, de modo a aumentar a sua produtividade e, por último, ter em consideração a questão do prémio da formação profissional, uma vez que é necessário haver um salário que acompanhe as qualificações dos jovens e dos ativos em geral, incentivando-os assim a aumentar as suas qualificações.

Vítor Costa (Atlantic Bikes)

Propõe a criação de parques de estacionamento nas extremidades da cidade e de mini-autocarros que transportassem as pessoas aos seus locais de trabalho, demonstrando assim como os jovens podem contribuir para o desenvolvimento local.

Telma Silva (Coordenadora da formação da Norma Açores)

Afirma que a qualificação profissional tem de ser uma missão e que deve ser desenhada uma estratégia que leve a um investimento por parte do Governo Regional nesse sentido. Termina referindo que existem vários tipos de jovens, de várias idades, sendo necessário aliar as competências académicas com as sociais e também com a transformação digital.

Ana Alves (Norma Açores)

Defende que as formações não deverão ser curtas no tempo, mas sim mais alongadas e diversificadas, defendendo igualmente melhores condições de mobilidade.

Luís Pimentel (Empresário)

Referiu a temática dos nómadas digitais, e a necessidade de atrair esse tipo de indivíduo, de modo a que estes deixem o seu contributo económico na Região.

António José Silva

(Solidariad'arte - Associação de Educação e Integração pela Arte e Desenvolvimento Cultural, Social e Local)

Destaca que através da educação combate-se a contracultura profissional, referindo que devem ser criados incentivos para os profissionais da cultura e agentes culturais, promovendo assim a fixação dos jovens. Conclui sublinhando ser necessário promover a cidadania e bem-estar, através de ações sistémicas para promover a cidade e garantir a igualdade na mobilidade.

Rui Messias (Câmara Municipal da Praia da Vitória)

3Sublinha a importância da Rede de Incubadoras de Empresas dos Açores, como a Praia Links, pois estas incubadores desenvolvem muito trabalho no âmbito da formação formal e não formal, considerando ainda ser necessária uma adaptação da linguagem aos jovens, pois muitas vezes os conteúdos são criados por pessoas que não utilizam uma linguagem que os jovens compreendam.

Mónica Fernandes (Norte Crescente- Associação de Desenvolvimento Local)

Dada a sua experiência com um público jovem que muitas vezes não têm interesse na escola, defende que os jovens devem ingressar numa área na qual tenham aptidões e demonstrem interesse. A ideia chave é trabalhar na motivação dos jovens para a qualificação profissional.

Teresa Costa (Associação Paralisia Cerebral de São Miguel)

Defende mais medidas para a integração de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, tal como a sua qualificação.

Mariana Leite (Associação Académica da Uac)

Referiu a situação dos jovens que ingressam tardiamente no ensino superior ou que levam mais tempo a concluir os estudos, sendo importante que houvesse o alargamento da idade de acesso a programas como o Estágio L. Termina a sua intervenção defendendo uma maior concertação entre o mercado de trabalho e os cursos administrados pela Universidade, atualizando a oferta escolar.

Isabel Marques (Escola Profissional da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada)

Reconheceu a necessidade de ser essencial qualificar os jovens, como os professores e formadores. Salientando de seguida a resistência existente por parte dos professores em lecionar nas escolas profissionais, sugerindo uma maior aposta na carreira de professor do ensino profissional.

Paula Lopes (Associação Alternativa - Associação Contra as Dependências)

Defende a necessidade de haver maior diversidade nos cursos profissionais para que os jovens se sintam mais interessados e incluídos, nomeadamente em áreas como a pesca, agropecuária e agricultura biológica, levando a que pudessem adquirir as suas habilitações literárias, como o 9º ou 12º ano.

Nuno Luís (Casa de Povo da Santa Bárbara da Terceira)

Considera ser necessário existir uma maior panóplia de cursos profissionais e de mais apoios. Propõe a criação de bolsas de alojamento e defende a criação da rede regional de educação não formal.

Nélia Azevedo (Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade)

Reitera que os cursos Profij devem ser diversificados e evidencia o facto de haver muitas unidades curriculares repetitivas, podendo levar ao desinteresse dos jovens. Afirma que muitos jovens quando terminam os cursos conseguem empregos através de programas, adiando a sua entrada no mercado de trabalho.

Nélia Branco (Escola Profissional da Ribeira Grande- Ponte Norte)

Defende ser necessário disseminar uma educação empreendedora entre as instituições de ensino, em especial nas que atuam na educação profissional. Sugere a promoção da criatividade e capacidade de planeamento dos alunos, o desenvolvimento de atividades que estejam inseridas e adequadas ao contexto socio-económico e a realização de atividades que permitam vivenciar o mercado de trabalho que os circunda.

Propõe a criação de núcleos/oficinas nas escolas profissionais, criação de um módulo de empreendedorismo e um concurso de ideias para solucionar problemas existentes nas escolas. Por fim, refere, ainda, ser essencial criar processos participativos, que integrem os alunos nas decisões das escolas, realizar atividades de intercâmbio entre escolas para dar a conhecer as Provas de Aptidão Profissional (PAP's) e apresentar ideias e produtos resultantes das PAP's a grupos de empresas do mercado onde estão inseridas as escolas.

Francisca de Medeiros (Anda&Fala)

Propõe a criação de cursos superiores de arte e cultura, para que os jovens possam ingressar no ensino superior na sua área de residência, defende, por último, a avaliação a nível qualitativo e não só quantitativo.

António Gaspar da Silva (Associação para a Promoção do Desenvolvimento dos Açores- Aprodaz)

Defendeu a atualização dos currículos dos cursos e dos conteúdos, uma vez que o catálogo não é atualizado há 10 anos.

Eduardo Marques (Projeto Escuta - Empreendedorismo Social Comunitário Universitário Transnacional)

Destaca que o ensino no século XXI demonstra dificuldades na aprendizagem, devendo apostar-se num ensino não só em sala de aula, mas também com vertentes mais práticas. Como proposta apresentou a criação de ligações com ONG, facilitando a interação e aprendizagem dos alunos, sendo que o professor deve ser apenas um facilitador.

Ana Teresa Alves (Vice-Reitora da área Académica)

Reconheceu que existem desafios para atrair as pessoas ao ensino superior, no entanto, existem programas como o 23+ e concertações com as escolas profissionais para combater esta agravante.

Inésia Pontes (Cooperativa Regional da Economia Solidária- Cresaçor)

Refere a preocupação com os índices de abandono e insucesso escolar, bem como com a elevada percentagem de jovens NEET, havendo necessidade da participação dos diversos atores sociais.

Sugere a implementação de uma cultura de avaliação que avalie o verdadeiro impacto dos projetos e programas implementados, de modo a que os bons projetos e com resultados mais positivos possam ter a sua devida continuidade, não terminando apenas por ter finalizado a sua duração ou financiamento.



PARTE *CONTRIBUTOS DOS PARTICIPANTES*

SESSÃO 4 | Desafios no Âmbito do Mar e das Pescas numa Região Ultraperiférica

Apresentam-se as intervenções dos participantes da **Sessão 4**, realizada no dia 28 de outubro de 2021.

Paulo Pacheco

(Técnico Superior na Direção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa)

Salientou que o Fórum é um exercício centrado nos cidadãos, com uma dinâmica que parte da base para o topo para que os europeus se possam pronunciar com medidas concretas e objetivas sobre o que esperam da União Europeia.

Refere que o tema deste Fórum assume particular relevância para os Açorianos, pela intrínseca ligação que sentem com o mar, um mar que nos une ao invés de nos separar. E como senão bastasse esta ligação sentimental que brota em cada açoriano não nos podemos coibir de mencionar a enorme ligação económica que este recurso nos traz.

Daniela Costa (Secretária-Geral do Conselho Consultivo para as RUP)

Destaca que o Fórum pretende ajudar na defesa do nosso mar e das nossas pescas, tal como se pretende num verdadeiro processo de regionalização europeu e que a Europa, nomeadamente a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, estão muito mais conscientes do que são as RUP.

Luís Costa (Diretor de Serviços de Recursos, Frota Pesqueira e Aquicultura)

Defende a criação de mecanismos de igualdade de condições no mercado da UE, sustentabilidade e controlo higio-sanitário. Referiu que no âmbito da política estrutural e apoio financeiro foram mencionados alguns dos efeitos indesejáveis como o facto de algumas regiões europeias não terem em conta o desenvolvimento baseado na sustentabilidade e de poderem penalizar as restantes comunidades que exploram os recursos de forma responsável.

Realça ainda que deve ser mantido o instrumento financeiro de apoio ao setor das pescas, que conserve o princípio da majoração de intensidade dos apoios para as ações co-financiadas nas RUP e que deve ser salvaguardada a preservação e o reforço dos dispositivos específicos dos sobrecustos para o escoamento dos produtos da pesca das RUP.

Pedro Neves (Diretor Regional dos Assuntos do Mar)

Abordou os desafios de gestão no mar dos Açores, dando exemplos como a insularidade e o território remoto, a extensa área marítima, a elevada diversidade de ambientes marinhos, a variedade de usos e atividades humanas e a dependência económica de setores tradicionais (pescas, turismo e transporte marítimo). Referiu ainda as ameaças que o nosso mar enfrenta, nomeadamente, a variabilidade e as alterações climáticas, os riscos naturais e a erosão costeira, a sobre-exploração dos recursos naturais, a perda de biodiversidade, o crescimento do turismo, o tráfego marítimo crescente, as espécies não indígenas, contaminantes e por último o lixo marítimo, referindo que devemos utilizar a tecnologia mais avançada para ultrapassar estes desafios.

João Gonçalves (Pró-Reitor e Docente do Polo da Horta, Universidade dos Açores)

Refere ser necessário haver articulação entre as diferentes atividades e intervenientes que atuam no mar, devendo ser todos geridos da mesma forma e com as mesmas regras. Defende que deve haver uma articulação entre as políticas públicas de conservação e de exploração nas pescas ou no turismo. Destaca ser necessário a atração de novos intervenientes para o setor das pescas, uma redução de resíduos nas atividades ligadas às pescas e ao mar e, por último, a integração do setor privado na aquacultura.

Pedro Melo (Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores- ACPA)

Realça que a redução da frota tem de ser mais célere de modo a que, por parte da produção, haja maior sustentabilidade. Refere que o pescado dos Açores tem encontrado alguns entraves, devido ao transporte lento, trazendo consequências negativas aos pescadores da Região.

Termina a sua intervenção exaltando o facto de ser necessário trabalhar internamente para que a Região chegue aos melhores mercados externos e mundiais, através de uma rede de estabilidade de pescado, aumentando a qualidade do pescado, a melhor gestão dos mercados e uma melhor logística do transporte para o mercado externo.

Carla Dâmaso (Observatório do Mar dos Açores)

Defende que deve ser feito um maior investimento na área da literacia do oceano, promovendo-a junto de toda a população dos Açores, dando o exemplo da ilha do Faial onde esta promoção existe, através do Observatório do Mar dos Açores e do Departamento de Oceanografia e Pescas.

Finaliza destacando ser importante inserir no currículo das escolas (em qualquer ensino) temáticas ligadas ao mar dos Açores e à sua regionalização.

Miguel Machete (Coordenador do Programa de Observação das Pescas dos Açores)

Destaca haver três estruturas basilares que necessitam atualmente de atenção e trabalho, de modo a ter um setor das pescas profissionalizado e reconhecido. A primeira, e mais importante estrutura, refere-se à formação, sendo necessário criar um plano de formação válido para o setor. Seguidamente refere-se à gestão de recursos e às atividades da pesca, apontando que deve ser realizado um levantamento aprofundado da realidade atual. Por fim, refere ter de haver um plano e uma coordenação a nível da inspeção e da fiscalização regionais.

Ana Silva (Representação da Federação das Pescas dos Açores)

Salienta ser necessário que a sustentabilidade socioeconómica do setor seja garantida, solicitando que sejam revistos os planos das áreas marinhas protegidas já implementadas. Posteriormente aborda a questão do conceito de pesca artesanal, visto pela Comunidade Europeia da qual não concordam por não ser o mais adequado às RUP, defendendo que o conceito de pesca artesanal não deve considerar a dimensão da embarcação, mas sim as artes praticadas e licenciadas para a mesma.

Sandro Jorge (Escola do Mar dos Açores)

Partilha a reflexão da Escola do Mar dos Açores através de sete propostas que consideram focais:

- Oferta de formação e qualificação no domínio profissional marítimo, integrado na rede de ensino público;
- Constante acompanhamento da legislação da UE, regional e nacional, com as devidas adaptações aos Açores por parte dos formadores e docentes;
- Capacitação dos profissionais marítimos para a tecnologia de informação, captura seletiva, valorização das espécies e contributos da descarbonização;
- Processo de desburocratização dos sistemas de licenciamentos;
- Uma plataforma exclusiva para procura e oferta de emprego na economia do mar;
- Desenvolvimento de *guidelines* para promover a sensibilização para a literacia oceânica e preservação do oceano;
- Incrementar a perceção sobre o que constitui a mais valia da plataforma continental.

Catarina Martins (Presidente do Conselho de Administração da Lotaçor)

Apresentou propostas que acredita serem capazes de enfrentar desafios atuais, nomeadamente:

- Uma estratégia para capacitar os recursos humanos;
- O investimento na pesca e na ultracongelação;
- Aposta num sistema de centralização de recolha e transporte de pescado;
- Partilha de informação e melhoramento do sistema de rastreabilidade;
- Apoiar o sistema de investigação.

No que toca à tecnologia, defende a introdução de um robot para manusear as caixas de pescado e reafirma a importância da sustentabilidade e da eficiência energética, que deve tornar-se *eco friendly*, dando o exemplo da iluminação dos portos de pesca, a rede de frio e o transporte.

Luís Machado da Luz (Portos dos Açores)

Centrou a sua intervenção na economia azul, considerando os portos como a base para todo o processo piscatório. De seguida, levantou a problemática de apenas 10% das empresas ligadas ao mercado do mar estarem representadas no mesmo, sendo que as empresas de pequena dimensão muitas vezes não chegam a ser representadas, demonstrando que a economia do mar não tem um papel relevante a nível açoriano.

Realçou, ainda, que a economia do mar nos Açores está sobredimensionada e não está suficientemente valorizada. Termina realçando que no setor das pescas existe a escassez de recursos, sendo necessário definir o que é pretendido.

João Freitas (Presidente da Direção da Associação Regional de Pesca Lúdica dos Açores)

Defende que as áreas protegidas marinhas têm de ser uniformizadas e clarificadas, uma vez que acabam por se sobrepor, não estando claro que entidade gere essas mesmas áreas. Assim sendo, exige que haja uma normalização e simplificação do quadro legal referindo de seguida a problemática legislativa, onde indica que esta não carece de uma revisão anual, levando a que não seja possível operacionalizar anualmente decisões efetivas e funcionais.

Vasco Silva (Serviço Regional de Estatística dos Açores)

Realça a problemática da dificuldade em obter certos dados no âmbito do mar, pois muitos destes não são declarados, dando o exemplo da tipologia da mercadoria, não existindo declarações de mercadoria do correio e da exportação e importação de bens. Reforça que a informação é fundamental, sendo urgente que este problema se resolva, pois, a tomada de decisões e a abordagem a tomar dependem disso.

Alfredo Borba (Europe Direct)

Salienta que esta sessão, em particular, onde se falou de vários temas e em que se traçou uma panorâmica sobre a situação dos recursos naturais do mar dos Açores, as potencialidades da aquacultura, a importância da biodiversidade dos nossos mares e a necessidade de afirmação do setor, foi mais uma oportunidade de participação cívica.

Associação de Pesca Lúdica dos Açores (ARPLA)

A ARPLA entende que o atual quadro de restrições espaciais no âmbito da utilização do mar dos Açores é confuso, encontra-se espalhado por diplomas que vão da gestão da orla costeira ao ambiente, a diplomas ZEC, a Redes Natura, a AMP, a zonas de gestão de recursos, entre outras que decerto nos poderão estar a escapar. Assim é essencial clarificar jurisdições, uniformizar legislação, simplificar processos e sobretudo permitir a todo o custo que o utilizador esteja devidamente informado sobre o quadro legislativo existente.

Também é posição desta associação que quadros legislativos agregados a DLR revestem-se de um cariz estático que são anti natura relativos aos mecanismos adaptativos que a gestão de recursos biológicos exige. A avaliação contínua que se exige na fundamentação e validação de decisões como AMP impõe medidas flexíveis, coerentes e fundamentadas em enquadramentos temporais curtos por forma a não perpetuar erros.

P

PARTE *CONTRIBUTOS DOS PARTICIPANTES*



SESSÃO 5 | Desafios da Agricultura numa Região Ultraperiférica

Apresentam-se as intervenções dos participantes da **Sessão 5**, realizada no dia 29 de outubro de 2021.

Duarte Pimentel (Chefe de Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência)

Salienta que este Fórum pretende desconstruir um pouco o discurso tradicional e ganhar espaço e dinâmica que muitas vezes não têm lugar devido à construção técnica e burocrática das instituições europeias e governamentais. Daí a proposta de um desafio para a sociedade civil, para os agentes da cidadania e da economia que no terreno e no dia a dia enfrentam a realidade.

Prosegue destacando que no âmbito da agricultura é necessário procurar soluções novas para novos e velhos problemas, tendo em conta a nossa condição de arquipélago, pequeno e ultraperiférico. Não se esperando que desta sessão saiam soluções, aguarda-se que sejam identificados possíveis recursos que permitam contribuir para ultrapassar algum dos problemas estruturais da nossa agricultura.

Engenheiro Pedro Hintze Ribeiro (Diretor Regional da Agricultura)

Começa por destacar que a problemática dos desafios da agricultura perdura por muitos anos e considera atuais as palavras de Fernando Monteiro, que expressam ser necessário participar, definir, agir e reformar. Afirma que o setor da agricultura continua com um mercado muito exigente e que se não for dada atenção à produção e à vertente comercial, as dificuldades persistirão.

Sublinha o desafio encontrado na comunicação com a Comissão Europeia para realçar o ponto de vista da Região e manter a existência de PDR regionais, autoridades de gestão regionais e o Comité de acompanhamento do PDR regional.

Carlos Pinto (Diretor dos Preparatórios em Medicina Veterinária da Universidade dos Açores)

Defende a implementação e criação do terceiro ano dos Preparatórios de Medicina Veterinária, no Polo de Angra do Heroísmo da UAç, uma vez que é necessário reforçar os recursos humanos na Região e consequentemente formar e fixar os jovens nas diferentes ilhas da Região. Destaca ser necessário executar medidas de controlo das doenças de maior impacto económico nos nossos animais, melhorando desta forma a saúde animal e na perspetiva de uma única saúde, melhorar as condições laboratoriais, tanto na área veterinária como na área de medicina humana.

Sublinha a necessidade de melhorar as condições de diagnóstico laboratorial na RAA, na perspetiva de Uma só Saúde: “One Health” e da telemedicina, e a criação e desenvolvimento de programas de controlo das doenças de maior impacto económico nas explorações bovinas da RAA.

Jorge Rita (Associação Agrícola de São Miguel/ Presidente da Federação Agrícola dos Açores)

Realça que as RUP devem afirmar-se como um braço estendido da União Europeia no Atlântico, uma vez que a Europa tem mais a ganhar com estas regiões. Prossegue afirmando ser importante a Região continuar com o lobby do Governo Regional em Bruxelas para manter a proximidade e o conhecimento das decisões europeias e destaca a importância dos primeiros pilares, nomeadamente o POSEI e a necessidade do aumento financeiro, que tem demonstrado ser um desafio constante.

Posteriormente refere que deve haver autonomia no plano de desenvolvimento rural regional, sugerindo que o Estado Membro pode criar Comités de Acompanhamento regionais para acompanhar a aplicação dos elementos regionais. Termina sublinhando ser fundamental criar um sistema de risco para as RUP que permita minimizar os efeitos das crises de mercado, catástrofes naturais e crises de saúde pública.

Paulo Rocha (Fruter)

Salienta ser necessário criar uma plataforma de logística entre ilhas e refere que a colocação dos produtos regionais no mercado nacional é problemática, uma vez que não existe uma logística no Continente como existe, por exemplo, para a área dos laticínios, que possa receber os produtos da Região e proceder a uma correta distribuição.

Finda realçando ser igualmente importante apoiar as organizações de produtores, dando como exemplo a ilha Terceira, onde existem determinadas produções que têm funcionado através da consideração nas organizações de produtores.

Ana Isabel Branco (Trybio)

Destaca ser fundamental pensar nos desígnios e nas metas que a União Europeia nos propõe, uma vez que somos uma Região com potencial para a produção e com uma imagem de marca de excelência. Afirmar termos de pensar as políticas conjugando-as com o objetivo de 25% da área agrícola ser em modo de produção biológica. Acredita ser necessário definir diferentes necessidades para as diferentes ilhas, considerando questões como as acessibilidades de todos, das diferentes ilhas às diferentes condições, sendo o autoabastecimento o principal desafio.

Filipe Rocha (AzoresWineCompany)

Sublinha que o crescimento na área plantada de vinhas foi enorme nos últimos anos, mas não teve correspondência na indústria, havendo dessa forma pouca aposta nos vinhos. Afirmar dificuldade em encontrar mão de obra para as atividades sazonais na Região, levando a um possível colapso, sendo por isso fundamental pensar num sistema de incentivos para importar mão de obra qualificada.

Do ponto de vista da viticultura e indústria do vinho, todos os produtores de uva com alguma dimensão que transformam a uva em vinho nos atuais sistemas de incentivo na Região são penalizados, sendo este um sistema que penaliza e não é incentivador da indústria.

Manuel Ledo (Presidente da Terra Verde)

Afirma que a Associação Terra Verde pretende contribuir para uma Europa justa, sustentável, inovadora e competitiva, apresentando por isso as seguintes propostas:

- Construção de infraestruturas de armazenamento e tecnologia pós colheita nas ilhas que ainda não as possuem;
- Desenvolver e recuperar a agroindústria;
- Melhor equidade inter-ilhas;
- Estações meteorológicas em todas as ilhas, facilitando a tomada de decisões do agricultor;
- Certificação dos produtores biológicos;
- Apoiar a Universidade dos Açores para reativar o laboratório de controlo de pragas;
- Criação de um banco de trabalhadores com vencimentos e habitação condignas;
- Haver transporte marítimo e aéreo (condições de frio) entre as ilhas;
- Substituição do plástico das estufas por policarbonato;
- Embalagens ecológicas.

João Monteiro (Easy&Fruits)

Refere quatro desafios, nomeadamente:

- Escassez da mão de obra;
- Intervenção a nível de impostos e carga fiscal à qual as empresas estão sujeitas para um melhor pagamento da mão de obra;
- Qualidade da produção vs quantidade;
- Sustentabilidade ambiental;

Partilhou as dificuldades que os agricultores e produtores sentem ao estarem numa Região Ultraperiférica, sendo que se encontram limitados ao acesso de fatores de produção, no combate a pragas e doenças e onde as soluções encontradas são limitadas.

Carlos Ávila (Presidente de Direção da Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural- ASDEPR)

Apresenta como principal objetivo incentivar os agentes rurais a explorar as potencialidades das suas regiões, de modo a aumentar o seu nível de desenvolvimento e adequando-se às mudanças.

Realça que muitos foram os projetos locais aprovados e financiados que criaram qualidade de vida para as populações rurais e exaltou o papel de associações como a Associação de Jovens Agricultores de Portugal (AJAP) e a GRATER-Associação de Desenvolvimento Regional com projetos locais para a criação da melhoria de vida de quem trabalha neste setor. Termina afirmando que o Pro Rural tem contribuído de forma significativa para a vida dos açorianos.

Eduardo Vasconcelos (Diretor de Compras - Bel)

Exorta que o envelope financeiro tem sido um problema, referindo a dificuldade de a Região ter uma distância do mercado europeu, levando a que tenha de importar os produtos. Destaca que na área da produção leiteira, os Açores têm um grande potencial, tendo capacidade para tornar-se um exemplo europeu no que toca à sustentabilidade, agricultura generativa, impacto ambiental e bem-estar animal.

Maria da Graça Silveira (Universidade dos Açores - Ciências Agrárias)

Começa por referir que o lobby a nível europeu, em termos de tentar aumentar o envelope financeiro de apoio às RUP, é cada vez maior, levando a que tenhamos de ser cada vez mais fortes e mais eficientes no sentido de conseguir fazer as ultraperiferias passarem a mensagem de que somos uma mais valia para a Europa. Prossegue referindo que os custos de produção são um dos maiores problemas que a Região enfrenta, levando a que tenhamos de ser capazes de reduzir os custos de produção e nesse sentido tornamo-nos mais eficientes a utilizar os recursos endógenos.

João Mendonça (Vice-Presidente Aberdeen- Angus Portugal)

Manifesta a sua preocupação com o futuro do setor da carne, uma vez que este se encontra a passar por uma ameaça com a MERCOSUL, havendo uma diferença entre países, tendo em conta que aos produtores de carne dos Açores são exigidos cada vez mais parâmetros, enquanto que os países da MERCOSUL não têm esse tipo de entraves. Refere ainda que os transportes estão cada vez mais caros dificultando a colocação dos animais e carne no Continente, sendo que em contrapartida, o preço dos animais nos Açores é mais barato. Finda, sublinhando ser necessário reformas antecipadas, explicando que os jovens não podem entrar no setor se não saírem pessoas do mesmo e que o lobby dos Açores em Bruxelas deve ser aumentado.

João Madruga (Diretor do Instituto de Investigação de Tecnologias Agrárias e do Ambiente)
Refere ser necessário mais análise aos solos, para que os agricultores possam escolher os nutrientes que efetivamente necessitam para as culturas que pretendem implementar e apela a que haja uma sinergia de interesse para que no futuro as adotações sejam mais racionais. Termina apelando a que a entrega de amostras do solo para análise não fique para os últimos dias, pois não produzirá respostas tão eficazes.

Ana Isabel Almeida (Boa Fruta)

Destaca como ponto focal e enquanto grande desafio para os próximos anos a adaptação da legislação com a produção atual e trabalhar para colmatar as lacunas presentes na área de empregabilidade para este setor, uma vez que a mão de obra é escassa. Por fim, defende que deve haver apoio para a investigação do desenvolvimento e diversificação dos produtos.

Emiliana Silva (Diretora Regional do Desenvolvimento Rural)

Refere que neste momento têm sido realizadas muitas reuniões com o Ministério da Agricultura e encontra-se a ser debatida uma proposta das duas regiões autónomas no sentido de se manter a autoridade regional. A proposta que se encontram a discutir defende a continuidade da nossa autonomia enquanto Autoridade de Gestão.

Quanto ao lobby que existe em Bruxelas, refere que uma das primeiras coisas que a DRDR fez foi pertencer a um lobby das RUP (AgriRegion), à qual a Região já propôs propostas que foram aceites e comunicadas na altura.

José Azevedo (Presidente da Direção da Associação Agrícola da Ilha Terceira)

Indica a falta de regionalização dos nossos produtos, sendo essa a chave fundamental para poder cativar os jovens para o setor e refere ter de haver valorização e manutenção dos apoios e majoração dos mesmos, sendo que apenas assim se pode revitalizar a nossa economia e a nossa atividade agrícola, para que seja apelativa à integração dos jovens.

Propõe ser feito um estudo para perceber se os Açores têm uma pegada de carbono positiva ou negativa, realçando que os Açores podem dar um bom contributo para a Europa, tendo em conta a nossa dimensão marítima.

Nuno Cymbrom (Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel)

Salienta que a área de digitalização da atividade agropecuária é transversal a quase todos os assuntos mencionados no Fórum. Defende ainda a melhoria das comunicações tecnológicas para um melhor acesso à informação.

Pedro Tavares (Presidente do Conselho de Administração da Lactaçoeres)

Considera fundamental a produção leiteira com base na qualidade ambiental, entendendo que o POSEI é o melhor instrumento para reforçar o apoio para a manutenção dos níveis de produção e defendendo que o mesmo deve ser reforçado. Destaca ser essencial definir um modelo de produção sustentável, de modo a poder reivindicar de forma justa e evidente mais apoios e ao mesmo tempo valorizar os nossos produtos. Defende haver dificuldade no armazenamento, afirmando que é necessário a criação de mais armazenamento e realça que estas questões devem ser vistas de forma económica e não política, para uma produção sustentável e rentável.

António Manuel Cogumbreiro Estrela Rego (Médico Veterinário, Produtor de Leite em S. Miguel)

Considera que os Açores deverão caminhar para a autossuficiência em produtos agro-alimentares, aperfeiçoando o modo de produção e transformação dos alimentos que exporta. De modo a combater a falta de mão de obra para o setor primário, é necessário a integração dos desempregados neste mercado/setor de trabalho.

Apela a uma estratégia de produção muito diferente da atual, dirigida para a produção de produtos de elevada qualidade, com elevada mais valia, para conseguirem penetrar em nichos de mercados com boa capacidade económica.

Defende a criação de condições junto às indústrias de laticínios e grandes superfícies, para definir um valor fixo mínimo do preço que não pudesse descer abaixo do valor de custo. Esta seria a forma de garantir a necessária estabilidade ao setor leiteiro e aos setores económicos com ele relacionados.

Luís Estrela (Diretor do Serviço de Desenvolvimento Agrário de São Miguel)

Realçou que as intervenções dos participantes foram enriquecedoras para a agricultura e para a Região, sublinhando a preocupação dos participantes relativamente à sustentabilidade da agricultura nos Açores.

Alfredo Borba (Europe Direct)

Destaca que nesta sessão em que foram levantadas questões sobre os principais desafios que se colocam à agropecuária açoriana, nomeadamente, os que são colocados pelo Pacto Ecológico Europeu, a sustentabilidade do setor, a necessidade de aconselhamento técnico-científico, a fixação de populações ao território, a formação, investigação e a transição digital, foi mais uma oportunidade de participação cívica.

P



PARTE *CONTRIBUTOS DOS PARTICIPANTES*

SESSÃO 6 | Promoção da Igualdade e da Inclusão Social

Apresentam-se as intervenções dos participantes da Sessão 6, realizada no dia 29 de novembro de 2021.

Duarte Pimentel (Chefe de Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência)

Referiu que tanto nesta sessão como nas anteriores, o principal objetivo é convidar a sociedade civil a participar e a debater temas importantes e estruturantes para a nossa vivência enquanto cidadãos europeus. Sobre a Sessão 6, afirma que é uma temática em que é fácil sentir que o país, em geral, e os Açores, em especial, não obstante a grande evolução do quadro normativo de salvaguarda de direitos e liberdades, marca passo na consciencialização coletiva e que a igualdade, em todas as valências, e a inclusão social, em todas as suas dimensões, são questões de dignidade humana que devem ser tratadas como uma mais valia para a sociedade.

Joana Amen (Patronato de São Miguel)

Para garantir um desenvolvimento sustentável, do Planeta e dos Açores, será necessário repensar e reorganizar todas as organizações, públicas e privadas, relativamente ao seu propósito, valores e impacto. Não chega adaptarmo-nos aos desafios ambientais e sociais que atualmente colocam em risco a estabilidade e o bem-estar da sociedade, é necessário moldar um futuro respeitador das Pessoas e do Planeta, que vise a Prosperidade e a Paz, de forma colaborativa e concertada. A Igualdade e a Inclusão Social, são a parte determinante neste caminho, rumo ao Futuro que queremos, para Todos(as)!

Tânia Fonseca (Diretora Regional para a Promoção da Igualdade e Inclusão Social)

Realçou que a Conferência sobre o Futuro da Europa pretende centrar-se nos cidadãos, baseando-se numa ação que parte da base para o topo. Afirma que é nosso desígnio respeitar aquilo que são os valores europeus, principalmente os direitos humanos, incluindo os direitos das minorias e os grupos mais frágeis ou em risco de exclusão. Fez saber que o Governo dos Açores tem como uma das suas grandes prioridades, transformar o arquipélago numa Região que deixe de ser marcada pela pobreza, pelas suas fragilidades e desigualdades sociais. Defendeu que o Plano de Recuperação e Resiliência prevê um conjunto de várias componentes que visam reforçar a resiliência social, económica e territorial do nosso país e que pretendem promover uma intervenção concertada, junto das comunidades desfavorecidas, de modo a combater o maior flagelo da Região que é a pobreza.

Helena Barros (Imprópria)

Explicou que o principal objetivo da Imprópria é influenciar e educar o público sobre a igualdade de género, fazendo-o através da exibição de filmes, conversas, exposições e workshops, ao qual juntam um programa social alinhado com a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social. Fez saber que é necessário repensar um capítulo dedicado à igualdade de género, na referida Estratégia, como também definir quais os indicadores por concelho, as maiores lacunas e as disparidades que possam permitir agir. Já numa perspetiva de atuação da Imprópria, defendeu ser essencial criar mecanismos de financiamento para projetos específicos, em que a sua intervenção social seja feita através da cultura.

Ana Margarida Silva (Instituto de Segurança Social dos Açores ISSA)

Salienta a promoção da justiça e a proteção sociais, a igualdade entre homens e mulheres e a proteção dos direitos da criança. É premente promover a coesão económica, social e territorial, e a solidariedade entre os países da UE. É, portanto, nossa missão elevar os níveis de consciência social, promovendo a participação ativa das pessoas, em especial, das sem voz. Importa elaborar diagnósticos sociais que identifiquem as causas dos problemas e não as suas manifestações para que a intervenção seja efetiva e os programas europeus cumpram os seus propósitos.

É necessário revitalizar parcerias atlântico-europeias para criação de sinergias que garantam a eficácia e a eficiência das respostas sociais, quer numa perspetiva individual quer numa perspetiva territorial. Neste seguimento, desafia-se, por exemplo, a União Regional das Misericórdias dos Açores (URMA) e a União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores (URIPSSA) a desenvolverem um levantamento de programas de apoio socioeconómico da União Europeia, a desbravarem as oportunidades de participação direta ou de acesso a informação privilegiada sobre boas práticas e inovação na intervenção social.

Sugere a criação de um grupo de estudo para analisar que setores e produtos poderão constituir atrativo para o investimento ao nível europeu e de um grupo especializado permanente para dar resposta competitiva e célere a potenciais investidores europeus interessados.

Sandra Salvador (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens- CPCJ)

Destaca que na sua perspetiva, a capacitação de respostas de integração de crianças e jovens em questões sociais desde os primeiros meses de vida é uma necessidade que contribuirá para diminuir as assimetrias e atrasos no desenvolvimento do percurso de vida educativo e que o alargamento das vagas em creches para beneficiários do 1º escalão também é uma medida essencial. Realçou ser necessário haver uma articulação mais eficaz entre a Saúde e a Segurança Social, de modo a evitar comprometimentos na estimulação dos primeiros anos de vida e uma maior capacitação dos pais na integração de projetos de intervenção comunitária, com enfoque em bairros sociais.

Carolina Brito (Amnistia Internacional - Núcleo de São Miguel)

Estruturou a sua intervenção em dois pontos, nomeadamente os direitos económicos, sociais e culturais, reiterando a importância de começar a dar lugar a uma voz mais ativa, do direito à habitação e à educação, propondo assim, uma educação voltada para os direitos humanos. Frisou a questão dos refugiados e a necessidade de uma resposta assente na criação de rotas legais e seguras e da partilha da responsabilidade na hora do acolhimento, com todos os Estados-Membros, acolhendo-os e reintegrando-os na nossa sociedade.

Margarida Pais (Câmara Municipal de Ponta Delgada)

Fez um breve resumo do que tem sido o trabalho da Câmara Municipal no âmbito da promoção da igualdade e quais as linhas orientadoras para o futuro. No que toca à área da infância e juventude a resposta tem sido desenvolvida através da rede de Atividades de Tempos Livres (ATL's) e no âmbito da habitação através do desenvolvimento do apoio ao ordenamento. Em relação à inclusão social, o trabalho tem sido realizado mediante uma resposta à situação dos públicos vulneráveis, nomeadamente os sem-abrigo, e sobre a questão das fragilidades da população idosa, por via da criação de centros integrados de apoio ao idoso. Finalizou a sua intervenção propondo o reforço de apoio às respostas habitacionais das famílias carenciadas e a criação do Balcão da Inclusão, serviço de apoio a pessoas portadoras de deficiência.

Maria Teresa Flor de Lima (Associação de Doentes de Dor Crónica dos Açores)

Destaca ser necessário nos Açores:

- 1 | Literacia na Saúde;
- 2 | Prevenção de doenças;
- 3 | Sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde (onde os problemas não são só de dinheiro, mas de gestão, aumento da produtividade, eliminação dos desperdícios, captação e motivação dos recursos humanos);
- 4 | Combate à pobreza e desigualdades.

Raquel Rebelo (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima- APAV)

Afirma que uma das maiores dificuldades da APAV prende-se com o acolhimento dos idosos nos lares, propondo assim a criação de uma estrutura ou a adaptação mais específica no que toca ao acolhimento de idosos criminalizados.

Vitória Paiva (Escola Profissional de Vila Franca do Campo)

Mostrou a sua preocupação pelo facto de as Escolas Profissionais não terem o mesmo acesso que as Escolas de ensino regular têm aos mecanismos de capacitação de alunos com vulnerabilidades sociais. Assim, sugere que os programas sejam menos extensos e rígidos, que haja um aumento de recursos e uma introdução no ensino de matérias associadas à cidadania e aos direitos humanos.

Joana Brilhante (AMAR- Açores pela diversidade)

Defende a necessidade de incorporar programas de sensibilização Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero e Intersexo (LGBTI) a nível regional, de financiamento direcionado às instituições e à formação de profissionais e a criação de uma rede regional que integre as instituições, membros do governo e poder local.

Gil Sousa (Associação Regional de Reabilitação e Integração Socio-cultural dos Açores- ARRISCA)

Partilhou propostas que assentam no desenvolvimento na Região Autónoma dos Açores, de políticas de promoção de igualdade que devem considerar em primeira instância, as abordagens de base territorial considerando as especificidades de cada território, nomeadamente cada ilha, concelho e freguesia. Defende uma ação concertada entre os intervenientes, uma organização de redes locais de intervenção, a mudança de paradigma da sociedade e a forma de conduzir as políticas, uma integração territorial e institucional assente numa coordenação de políticas e na cooperação entre os diversos atores, o reforço da capacitação e do acompanhamento junto das organizações do terceiro setor, auscultação dos cidadãos em maior vulnerabilidade social, monitorização regular dos territórios, o reforço dos programas de desenvolvimento comunitário junto dos bairros sociais, o reforço e investimento na economia social e solidária e, por fim, a importância de investir na informação, na sensibilização da opinião pública e na literacia em saúde.

Daniela Soares (Centro de Políticas de Igualdade da Associação Novo Dia)

Cingiu a sua intervenção em dois temas específicos, nomeadamente na participação política, onde afirma ser fundamental haver programas de promoção da representação de minorias em cargos de chefia de topo e na criação de políticas públicas de combate à pobreza e desigualdades socioeconómicas, principalmente no que toca ao abandono escolar, afirmando ainda ser fundamental investir em políticas públicas direcionadas a famílias que comportam portadores sintomáticos de doenças neuro degenerativas.

Catarina Borges

(Associação de Centro de Estudos de Economia Solidária do Atlântico- ACEESA)

Um dos pontos focais da sua intervenção centrou-se nas desigualdades existentes no mercado de trabalho em relação às mulheres até 2030, propondo que os Açores se transformassem num laboratório vivo para esta concretização, exigindo assim que o trabalho igualitário seja efetivamente uma realidade, acreditando que se houver um empenhamento nas políticas públicas da Região e por exemplo, a aplicação da Lei Nacional, esta realidade pode ser alcançada. Outro desafio que também propôs foi a disseminação por parte das entidades, associações, IPSS e empresas públicas em assumirem e desenvolverem os planos para a igualdade.

André Pontes (Juventude Social Democrata)

Apresentou duas propostas, a primeira assente no turismo inclusivo, defendendo a adoção do sistema ColorADD em todas as praias e zonas balneares dos Açores, sistema este que permite aos daltónicos distinguir a cor da bandeira das praias, tal como a obtenção do galardão de praia acessível, dotando estas zonas de equipamentos de suporte para pessoas com necessidades especiais, a criação de material de suporte de informação turística em braille, como por exemplo panfletos e painéis turísticos, dotação de alguns espaços culturais, como o caso dos museus, com informação turística em áudio. No que toca à defesa dos direitos das pessoas LGBTI, propõe a criação de campanhas de sensibilização através de uma equipa multidisciplinar, em todas as escolas dos municípios dos Açores, estendendo-as aos encarregados de educação, com o intuito de melhorar a perceção dos comportamentos dos seus educandos e por fim, a alteração ou adição de disciplinas, como cidadania ou educação da saúde, que abordem estes temas nas escolas.

P



PARTE *CONTRIBUTOS DOS PARTICIPANTES*

SESSÃO 7 | Ambiente e Alterações Climáticas nos Açores

Apresentam-se as intervenções dos participantes da **Sessão 7**, realizada no dia 12 de janeiro de 2022.

Graça Cabral

(Diretora de Serviços da Direção Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa)

Reforçou a importância desta iniciativa no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa, com a organização do Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência. Salientou que este é o último fórum realizado neste âmbito e enumerou as temáticas que foram abordadas nas sessões anteriores, que se têm vindo a realizar desde junho de 2021, com o intuito de auscultar os cidadãos e dar a conhecer a visão dos Açores em questões cruciais à nossa sociedade, que será apresentada, sob a forma de relatório, às Instituições Europeias. Esta iniciativa conjunta, reunindo as entidades governativas e civis, é fundamental para apresentar um conjunto de propostas às entidades europeias e, deste modo, marcar a nossa presença na política europeia.

Diogo Caetano (Associação Amigos dos Açores)

Aludiu à importância da participação pública e da capacitação social para incentivar a alteração de comportamentos. Afirmou ser essencial reunir esforços para a redução do impacto ambiental das nossas ações para cumprir o desígnio de proteção do meio ambiente e dos recursos associados, assim como proteger a nossa qualidade de vida.

Ana Cristina Rodrigues (Diretora Regional do Ambiente e Alterações Climáticas)

Salientou que a elevada qualidade ambiental dos Açores se reflete na marca da Região e refere que o património ambiental dos Açores surge como uma estratégia que gera riqueza, postos de trabalho, sustento e contribui para a fixação da população, sendo crucial concretizar uma estratégia de equilíbrio entre o desenvolvimento económico e social que, por sua vez, se traduza numa estratégia de desenvolvimento sustentável. De modo a desenvolver os diversos projetos de conservação da Natureza, é necessário capacitar os serviços de proteção da biodiversidade de modo a proteger os ecossistemas mais frágeis, assegurando a sua sustentabilidade e é essencial a articulação entre entidades públicas e membros da sociedade civil, de forma a haver uma melhor partilha de conhecimento e desenvolvimento de propostas coerentes.

Carla Melo (Simbiente- Engenharia e Gestão Ambiental)

Afirmou que os pilares da Estratégia ambiental são a consciencialização e a capacitação individual para incentivar práticas verdes e sustentáveis, uma vez que este é um tema transversal às estratégias europeias. Abordou a problemática das zonas costeiras e propôs a aposta em estudos que permitam a redução das escalas da regionalização, de modo a gerir o território e realizar uma avaliação antecipada essencial para responder às consequências das alterações climáticas, no sentido de concretizar uma política preventiva. De seguida, apelou à introdução de soluções mistas, como a conjugação da engenharia tradicional com a engenharia natural, de forma a aumentar a eficácia e sustentabilidade das estruturas. Alertou, também, para a necessidade de uma gestão sustentável dos Recursos Hídricos para evitar desperdícios e, consequentemente, garantir um maior acesso aos mesmos.

Azucena Martin (Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves- SPEA)

Expôs a necessidade de repensar as formas de adaptação às alterações climáticas através da recuperação de habitats naturais e da preservação das áreas marinhas, que exigem uma gestão efetiva das áreas costeiras e de repensar as soluções de eficiência energética e o seu impacto na proteção da biodiversidade. Propôs o restauro dos habitats naturais, uma vez que estes contribuem para o fornecimento de serviços do ecossistema, nomeadamente, na regulação dos ciclos hidrológicos e na fixação de água, que, por sua vez, contribui para a prevenção de cheias e derrocadas.

Fedra Machado (Serviços de Ambiente das Flores)

Defendeu que, uma vez que a Região Autónoma dos Açores tem uma posição geográfica privilegiada, deve representar um laboratório de soluções ambientais e um espaço essencial no desenvolvimento de projetos-piloto dedicados ao ambiente e às alterações climáticas. Abordou o tema das energias renováveis e da agricultura Biológica, afirmando ser muito benéfica a sua incrementação para diminuir a pegada ecológica. Propôs o investimento em sistemas de armazenamento das energias renováveis e o incentivo à produção local para promover a autossuficiência, reduzindo, assim, a pegada ecológica e evitando crises de abastecimento.

Carlos Botelho (MUSAMI- Operações Municipais do Ambiente)

Abordou o tema da resiliência da orla costeira, que tem sido agravada pelos efeitos das alterações climáticas e afirma ser necessário encontrar meios e formas para dissipar a energia das ondas. Alertou para a necessidade de proteção das linhas de água e sugere a realização de um plano para a substituição de pastagens em altitude por pastagens de floresta, dado que a impermeabilidade do solo não permite o escoamento de água. Sugere que se encontre um modelo económico sustentável, bem como o desenvolvimento dos sistemas de armazenamento de reservas de água já existentes. Recomendou o desenvolvimento da produção de hidrogénio que permita a adaptação às frotas marítimas e o aumento da rede de postos de abastecimento de viaturas elétricas para incentivar a utilização dos meios de transporte elétricos por toda a população.

Fernando Pereira (Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações)

Aludiu ao tema do armazenamento e abastecimento de água e sugere a mitigação de obras hidráulicas, tal como a recuperação de sistemas de retenção de água em altitude como forma de reaproveitamento para outras atividades e a construção de um sistema de regularização pluvial, com o intuito de minimizar o impacto das cheias causadas pela chuva.

Luís Noronha (Associação para a Promoção e Proteção do Ambiente dos Açores- APPAA)

Defendeu que os Fundos Europeus para as Alterações Climáticas precisam de prever os prejuízos causados nos níveis de poder local e regional e apoiou a concretização de um programa da União Europeia dedicado às alterações climáticas, que beneficie todos os programas que contribuem para a redução da pegada ecológica e penalize, através da fiscalidade verde, atividades ou práticas que contribuem para as alterações climáticas, bem como a aplicação de programas de renovação das frotas de transportes públicos, que devem ser incluídos no orçamento europeu para a Região.

António Simas (Terra Consultores)

Alertou para a importância da saúde dos solos, uma vez que estes são essenciais para a boa manutenção e qualidade dos ecossistemas e afirma que o Pacto Ecológico Europeu tem de ser mais ambicioso. Propôs o incentivo à realização de práticas regenerativas e sustentáveis de modo a manter a saúde do solo e o aumento de apoios dedicados aos serviços de ecossistemas das florestas, que permitam a redução de emissão de gases de efeito estufa.

Gabriela Meirelles (Universidade dos Açores)

Salientou que as alterações climáticas e ambientais têm uma repercussão na vida humana e apelou à necessidade de ações de sensibilização de modo a mudar a mentalidade dos açorianos relativamente a este tema, tendo em conta que há uma grande desinformação da população. Defendeu, ainda, a aposta na mobilidade elétrica.

Carina Nóbrega (Serviço Florestal de Ponta Delgada)

Sublinhou que não estamos preparados para as alterações climáticas, sendo necessário um novo plano de estudos e estratégias para a proteção da biodiversidade. Sugeriu o desenvolvimento de um projeto-piloto que estude a possibilidade de adaptação das práticas agrícolas às exigências ambientais, de forma a reduzir a carga de adubo, o desenvolvimento de um sistema eficaz de proteção de linhas de água e o aprimoramento do planeamento de práticas agrícolas para que seja convergente com as necessidades ambientais.

Gualter Furtado (Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores)

Declarou que o ambiente afeta a vida social e económica e defendeu a clarificação das competências dos órgãos de poder, de modo a realizar uma resposta concertada nos desafios das alterações climáticas e o aumento da fiscalização através da criação de um imposto dirigido a quem realiza atividades de maior poluição.

Paulo Silveira (Serviço de Ambiente e Alterações Climáticas de São Jorge)

Afirmou ser necessário garantir uma maior coordenação política para centralizar o papel da Região Autónoma dos Açores na concessão de projetos dedicados ao ambiente e alterações climáticas, uma vez que a ultraperiferia desta Região lhe confere uma posição privilegiada. Propôs o aumento das capacidades de manutenção e de drenagem das pastagens, de forma a garantir a proteção das linhas de águas.

Miguel Ferreira (Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas- Gestor do Projeto Life IP CLIMAZ)

Abordou o projeto Life IP CLIMAZ e enumerou as ações a ser concretizadas na Região, como o alargamento de pontos de abastecimento elétricos, a criação de uma plataforma de car-sharing, ensaios de pastagens bio diversas com maior resiliência e com menor exigência dos solos e projetos-piloto para o aumento de energia das centrais termoelétricas convencionais.

Carolina Mendonça (Açores DMO)

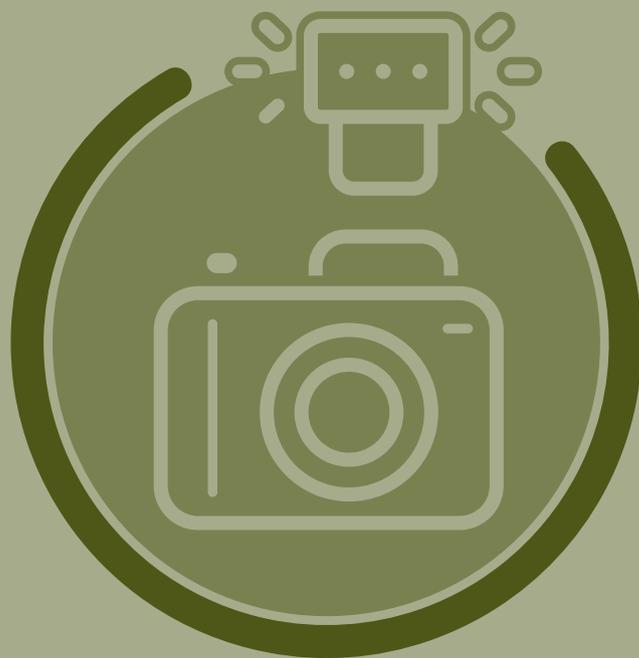
Sugeriu a construção de ferramentas de medição eficazes da emissão de gases com efeito estufa e garantir a inter-operacionalidade dos vários setores associados, promovendo uma melhor gestão ambiental.

Miguel Garcia (Bio Azórica) - (via chat)

Salientou a importância da Agricultura Biológica, descrevendo-a como uma agricultura amiga do ambiente, uma produção limpa, com a menor pegada ecológica possível. Defendeu o melhoramento dos canais de escoamento destes produtos nos Açores, de modo a obter um maior apoio à produção em agricultura biológica. Afirmou ser necessário despertar alguma atenção para a agricultura de precisão, o que rentabilizará ainda mais os recursos das unidades de produção e o reforço da consultoria técnica ao produtor.

Alfredo Borba (Europe Direct)

Encerrou esta sessão, concluindo que a Conferência sobre o Futuro da Europa é uma iniciativa que prioriza a oportunidade de participação dos cidadãos nas questões europeias e que o tema das alterações climáticas é de extrema prioridade na política europeia, para a qual o contributo da sociedade civil é essencial para alcançar objetivos ambientais declarados pelas entidades europeias.



REGISTO FOTOGRAFICO

1ª Sessão | Turismo Sustentável e Setores Transversais



2ª Sessão | Democracia: A Participação dos Cidadãos na UE



3ª Sessão | Juventude e Qualificação Profissional



4ª Sessão
Desafios no âmbito
do Mar e das Pescas
numa Região
Ultraperiférica



5ª Sessão | Desafios na Agricultura numa Região Ultraperiférica



6ª Sessão | Promoção da Igualdade e da Inclusão Social



**7ª Sessão
Ambiente e Alterações
Climáticas - Açores**





WEBGRAFIA

WEBGRAFIA

1ª Sessão

Turismo de Portugal

[em linha][consultado a 24 de junho de 2021] disponível em:

<http://business.turismodeportugal.pt/pt/crescer/sustentabilidade/Paginas/default.aspx>

5ª Sessão

Produção Integrada PRODI, Agroconceito

[consultado a 19 de janeiro de 2022], disponível em:

<https://www.agroconceito.pt/certificacao-producao-integrada/>

GLOBAL G.A.P. referencial Global para boas práticas agrícolas,

[consultado a 19 de janeiro de 2022] disponível em:

<https://www.globalgap.org/pt/>

6ª Sessão

Autoridade para as Relações de Trabalho, Igualdade Laboral entre Homens e Mulheres,

[consultado a 10 de janeiro de 2022] disponível em:

[https://www.act.gov.pt/\(pt-PT\)/CentroInformacao/Igualdade%20laboral%20entre%20homens%20e%20mulheres/Paginas/A%C3%A7%C3%A3onacionaldepromo%C3%A7%C3%A3odaigualdadedeg%C3%A9neronotrabalho.aspx](https://www.act.gov.pt/(pt-PT)/CentroInformacao/Igualdade%20laboral%20entre%20homens%20e%20mulheres/Paginas/A%C3%A7%C3%A3onacionaldepromo%C3%A7%C3%A3odaigualdadedeg%C3%A9neronotrabalho.aspx)

7ª Sessão

Agência Europeia do Ambiente, Sobre as Alterações Climáticas,

[consultado a 14 de janeiro de 2022] disponível em:

<https://www.eea.europa.eu/pt/themes/climate/about-climate-change>



GOVERNO
DOS AÇORES



Conferência
sobre o Futuro
da Europa



EUROPE DIRECT
Açores



Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência